



Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

O Sr. Vereador Joel Alexandre Neves Marques esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota Gomes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 05 de maio de 2021.**
 - 2. Deliberação n.º 131/2021 – Proposta n.º 09/2021 – GAP – Empreitada Denominada - “Intervenção de Natureza Estrutural para Evitar Derrocadas na Encosta do Forte de São Filipe em Setúbal - Fase 2”: - Ratificação do Despacho n.º 61/2021/GAP.**
 - 3. Deliberação n.º 132/2021 – Proposta n.º 10/2021 – GAP – Protocolo de Cooperação entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. e o Município de Setúbal no Plano de Vacinação contra a COVID-19 (CAIS 3).**
 - 4. Deliberação n.º 133/2021 – Proposta n.º 11/2021 – GAP – Protocolo de Cooperação entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. e o Município de Setúbal no Plano de Vacinação contra a COVID-19 (Azeitão).**
 - 5. Deliberação n.º 134/2021 – Proposta n.º 22/2021 – DAF/DICONT/SECONT – Candidatura “Recolha Coletiva de Proximidade de Resíduos Urbanos Biodegradáveis em Setúbal” – 1.ª Fase, no âmbito do POSEUR – Afetação de conta bancária.**
 - 6. Deliberação n.º 135/2021 – Proposta n.º 23/2021 – DAF/DICONT/SECONT – Candidatura “Recolha Coletiva de Proximidade de Resíduos Urbanos Biodegradáveis de Setúbal – 2.ª Fase” no âmbito do POSEUR – Afetação de conta bancária.**

7. **Deliberação n.º 136/2021 – Proposta n.º 24/2021 – DAF/DICONT/SECONT – Constituição de Fundo de Maneio FINA – Olympic Marathon Swim Qualifier.**
8. **Deliberação n.º 137/2021 – Proposta n.º 25/2021 – DAF/DICONT – 4.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades e 4.º ao Plano Plurianual de Investimentos.**
9. **Deliberação n.º 138/2021 – Proposta n.º 26/2021 – DAF/DICONT/DICOR – Prestação de Contas e Relatório de Gestão Relativos ao Exercício de 2020.**
10. **Deliberação n.º 139/2021 – Proposta n.º 09/2021 – DCIRT/DITUR – Época Balnear 2021 – Programa Arrábida sem Carros e em Segurança 2021.**
11. **Deliberação n.º 140/2021 – Proposta n.º 10/2021 – DCIRT/DITUR – NORMAS 2021 - Atribuição de Licenças para a Realização de Atividades nas Águas Balneares do Concelho de Setúbal: Revogação da Deliberação Municipal n.º 126/2021, de 5 de maio e aprovação das novas NORMAS 2021 - Atribuição de Licenças para a Realização de Atividades nas Águas Balneares do Concelho de Setúbal.**
12. **Deliberação n.º 141/2021 – Proposta n.º 11/2021 – DCIRT/DITUR – Renovação do Título de utilização de Recursos Hídricos para Apoio Recreativo localizado na zona balnear Portinho da Arrábida/Creiro.**
13. **Deliberação n.º 142/2021 – Proposta n.º 20/2021 – DURB/GAGEF – Alteração oficiosa ao alvará de loteamento 04/06 – Criação de lote para equipamento.**
14. **Deliberação n.º 143/21 – Proposta n.º 03/2021 – SMPCB – Aceitação da Doação ao Município, efetuada pela Empresa LISNAVE – Estaleiros Navais, S.A..**
15. **Deliberação n.º 144/21 – Proposta n.º 05/2021 – SMPCB – Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal – Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros e a Escola Secundária Dom Manuel Martins.**
16. **Deliberação n.º 145/2021 – Proposta n.º 07/2021 – DAAE/GAPAE – Pacto de Autarcas – Programa de Aprendizagem entre Pares 2021.**
17. **Deliberação n.º 146/2021 – Proposta n.º 41/2021 – DCDJ/DIBIM – Preço para venda de catálogo.**
18. **Deliberação n.º 147/2021 – Proposta n.º 42/2021 – DCDJ/DICUL – Comissão de Festas do Senhor Jesus do Bonfim – Apoio financeiro.**
19. **Deliberação n.º 148/2021 – Proposta n.º 43/2021 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação “A ONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão” – Apoio financeiro no período de maio a agosto de 2021.**
20. **Deliberação n.º 149/2021 – Proposta n.º 44/2021 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Escola de Futebol Feminino de Setúbal.**
21. **Deliberação n.º 150/2021 – Proposta n.º 45/2021 – DCDJ/DIDES – Protocolo de adesão do Município de Setúbal à Fundação do Desporto de Portugal.**
22. **Deliberação n.º 151/2021 – Proposta n.º 46/2021 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Natação para realização do “FINA Olympic Qualifier Swim Marathon” Setúbal, 19 e 20 de junho de 2021.**
23. **Deliberação n.º 152/2021 – Proposta n.º 47/2021 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro às Associações e Clubes Desportivos do Concelho - Regresso à atividade no âmbito da situação pandémica Covid-19.**
24. **Deliberação n.º 153/2021 – Proposta n.º 48/2021 – DCDJ/DISOC – Renovação do Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação de Imigrantes dos Países de Leste – EDINSTVO.**
25. **Deliberação n.º 154/2021 – Proposta n.º 49/2021 – DCDJ/DISOC – “Maio, Diálogo Intercultural” – Apoios financeiros 2021.**
26. **Deliberação n.º 155/2021 – Proposta n.º 50/2021 – DCDJ/DISOC – Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.**

- 27. Deliberação n.º 156/2021 – Proposta n.º 51/2021 – DCDJ/DISOC – Juízes Sociais – Tribunal de Família e Menores de Setúbal.**
28. Deliberação n.º 157/2021 – Proposta n.º 09/2021 – DES/DIAPE – Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2021/2022.
C) Período destinado à intervenção do público

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento pela Sra. Presidente, dos mapas relativos aos despachos proferidos no âmbito do seu gabinete e dos departamentos de Comunicação e Imagem, Relações Públicas e Turismo e de Urbanismo (incluindo Licenciamentos), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 a 7.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais e Juventude, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que tinha duas questões de que gostaria de obter informação. Relativamente às obras na Avenida dos Ciprestes, gostaria de saber se existia algum prazo para o término das obras, porque, como era do conhecimento público e certamente os serviços tinham esses indicadores, tinha aumentado o número de acidentes naquela artéria. Sem querer fazer uma análise que não fosse correta sobre esse assunto, pensava que se devia à indefinição das vias e, também, da sinalização. Isso causava algum constrangimento no trânsito e alguma confusão e havia acidentes com muita frequência, mais do que aquilo que seria desejável, naturalmente. Essa era uma questão.

A segunda questão tinha a ver com a Praceta Mestre Botica. Tinha sido colocado um PT (Posto de Transformação) de alguma dimensão junto aos prédios dessa praceta. Tinha sido contactado por algumas pessoas que conhecia, que viviam nessa praceta. Se isso seria do conhecimento da Câmara Municipal – certamente que sim - e se não haveria hipótese daquela estrutura ser colocada mais afastada dos prédios da praceta. Não sabia se tecnicamente era possível, pensava que sim. Haveria lugar, talvez, no estacionamento ou mais junto ao muro. Era essa a questão que queria deixar ao executivo e ao senhor vereador das obras.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que pensava que o Vereador Rabaçal poderia ter mais informações, mas sabia que a EDP tinha feito várias tentativas para a colocação do PT, que, inicialmente, era para ser colocado junto da Travessa Paula Borba, que ia mesmo para a Capela do Socorro, de forma a não prejudicar ninguém, porque ali ficaria em cima do canteiro e, aí, não prejudicaria ninguém. Contudo, não tinha sido possível colocar o equipamento, porque não havia, tecnicamente, maneira de fazer chegar lá esse equipamento. Pensava que o vereador poderia estar mais informado, porque, entretanto, tinham feito essa pergunta à

EDP, também relativamente à colocação do equipamento. Aquilo que lhes tinha sido dito tinha sido que, embora aquele não fosse o local ideal, era o local possível onde poderia ser posto. Era só isso.

S. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a questão que tinha sido colocada em relação ao PT era, exatamente, como tinha dito a Vereadora Carla. Tendo em conta as infraestruturas existentes naquele território, tinha havido uma tentativa de o colocar de uma forma mais adequada, mas tinha sido o espaço disponível, com menos choque de infraestruturas. Não lhes tinha parecido, também, a melhor solução, mas era a solução possível. Portanto, essa era a questão.

Em relação a Rotunda dos Ciprestes, tinha tido um trabalho muito grande de infraestruturas, de drenagem, sobretudo. Era uma obra que tinha parecido que não estava a andar, mas, quem sabia de obras sabia que tinha que se fazer drenagem interpluvial, tinha que se mexer na doméstica e tinha que se deslocar infraestruturas, sabia que havia um trabalho grande antes de a fazer. Estava a começar a ser modelada e, a partir daquele momento, era a fase superficial, era uma fase bastante mais rápida.

De qualquer modo, era responsável da proteção civil e tinha uma informação detalhada de todos os acidentes e incidentes na cidade de Setúbal e no Município de Setúbal. Desse local não tinha registo de acidentes sucessivos. Aliás, podia dar nota de todos os acidentes registados comunicados, quer à proteção civil, quer os bombeiros, quer à GNR, quer à PSP e esse não era, seguramente, um local, porque, estando sinalizado com uma obra, naquele momento já havia muita gente que circulava com um certo cuidado e, respeitando a velocidade que estava marcada, os acidentes não aconteciam, porque aquilo era, visivelmente, uma situação anómala de obra. Muita gente já sabia isso e estava a ter atenção quando se aproximava, etc. De qualquer modo, podia tentar saber quantos acidentes tinha havido. Não tinha memória de registo de muitos acidentes nesse local. Seguramente, muitos, nunca, porque não havia, a não ser que, enfim, houvesse acidentes que não eram comunicados. Não estava a perceber bem.

De qualquer maneira, a obra tinha começado um período longo depois da primeira intervenção e, por isso, dava a ideia de que se tinha alongado muito. A obra em si tinha pouco tempo de vida e, para o tempo de vida que tinha, estava dentro do calendário.

Aproveitava para chamar a atenção de quem estava preocupado com os Ciprestes de que ainda ia haver uma outra intervenção, do lado direito de quem entrava para Setúbal, que estava dependente da demolição do edifício da florista, que ia, seguramente, provocar mais alguma perturbação. No fundo, o que estavam a fazer era uma profunda requalificação, quer daquela via, quer da mobilidade e da segurança da via. Portanto, era essa a nota que queria deixar.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que queria saber se não havia data nenhuma prevista para o término das obras. Era só para terem uma noção.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tinha 60 dias de arranque de obra, mas tinham-se encontrado mais complicações do que o previsto em infraestruturas e tinha que ir para os 90. Portanto, naquele momento, tinha entrado na fase mais rápida, que era a parte superficial, como era sabido. Eram 90 dias a partir do início da obra. Por isso, com mais 30 dias devia estar pronto.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que, em relação aos acidentes, tinha feito essa essa referência porque tinha visto alguns. Inclusivamente, naquele mês tinha havido um atropelamento mortal naquele naquela via. Portanto, o senhor vereador sabia isso. Não valia a pena estarem a falar disso, mas tinha havido. Eram pequenos toques, eram coisas menos graves. Não estava a dizer que o atropelamento mortal tinha a ver com a obra.

4

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tinham tido atropelamentos e acidentes noutros sítios que não tinham nenhuma obra, com maior dimensão do que aquela obra. Admitia que as pessoas dissessem “Ah, então, está em obra.” Não, podiam acontecer acidentes mesmo sem obra. Depois de obras prontas tinham tido muitos acidentes, porque as pessoas tinham acelerado, etc. Portanto, era uma questão só de cuidado. Agradecia a chamada de atenção, mas, de qualquer maneira, aquilo estava na fase final e ia ficar muito bem.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que trazia uma questão que já tinham vindo a trazer ao longo dos anos, que tinha a ver com a ampliação do Centro Hospitalar de Setúbal. Queria trazer uma preocupação grande.

Em primeiro lugar, caso ainda não tivesse sido compreendido por toda a Câmara, por toda a vereação e pela população, o Hospital de Setúbal, como todos os hospitais, eram da responsabilidade do Governo central e não eram dos municípios. Era importante termos essa questão bem esclarecida e era importante termos bem esclarecidos que a responsabilidade da obra de ampliação do Hospital de Setúbal era, naturalmente, do Governo, mais especificamente do Ministério da Saúde e do Ministério das Finanças.

Como era conhecido, tinham vindo a fazer uma intervenção ao longo dos tempos, procurando mobilizar a população, mobilizar os profissionais, mobilizar a comunidade em geral, para a importância da obra da ampliação do Hospital de Setúbal.

Como também era conhecido, havia pouco tempo tinham ali falado que, por iniciativa do grupo parlamentar do Partido Comunista Português, no último Orçamento de Estado tinha sido incluída uma rubrica com uma verba para a construção do hospital.

Queria informar, também, que, da parte do Governo, já tinha sido esclarecido que o arranque da obra do hospital e o investimento nada tinha a ver com a solução futura que viesse a ser assumida para o Hospital do Outão e, portanto, a resolução de algum problema de alguma utilização futura do Hospital do Outão não fazia depender o financiamento da ampliação do hospital.

Tinha sido assim que tinha sido assumido publicamente e em reuniões privadas por parte do Governo, mas, na semana anterior, tinha surgido uma novidade muito preocupante: O investimento da ampliação do Hospital de Setúbal tinha enquadramento legal no Plano de Investimentos na Área da Saúde, no chamado PIAS, e tinha sido informada a Assembleia da República, a uma pergunta da deputada Paula Santos, do grupo parlamentar do PCP, de que, como tinha havido o incumprimento - finalmente, alguém tinha reconhecido -, por parte do Governo, na calendarização que estava prevista para a concretização do PIAS, teriam que voltar aprovar o PIAS em Conselho de Ministros, para que a obra pudesse ter enquadramento legal e pudesse avançar.

Tinha conhecimento de que, da parte do Centro Hospitalar de Setúbal, já tinha sido enviado para o Governo, para aprovação do Conselho de Ministros, uma proposta de resolução que que fizesse aprovar este investimento, mas não tinham data nem tinham perspetiva de quando é que isso poderia vir a acontecer.

Naquele momento, relativamente à obra de ampliação do Hospital de São Bernardo, uma obra tão urgente de que tanta gente tinha falado, não só era necessário executar o que estava no orçamento como era necessário que o Governo voltasse a considerar que essa era uma obra prioritária e que tinha que a incluir no seu plano de investimentos, porque, naquele momento, formalmente, não estava.

Sra. Presidente – Disse que, relativamente às questões colocadas pelo Vereador Paulino era só um aconchego. As obras da Estrada dos Ciprestes tinham, também, tido uma série de problemas com parte do imóvel. Tinham tido que expropriar do lado esquerdo, quando se ia para Palmela. Portanto, tinha sido necessário fazer a expropriação de alguns metros de terreno e não tinha sido fácil. Tinha demorado algum tempo entre acordos entre a vedação da propriedade, que tinha ficado a descoberto. Tinha sido necessário vedá-la e acautelar alguma falta de resguardo do próprio edificado. Tinha sido necessário acautelar isso e tinha sido

necessário fazer a escritura e fazer uma série de acertos. Depois, tinha-se encontrado, também, uma série de infraestruturas que não estavam identificadas.

Como sabiam, havia alguns anos que se tinha começado a identificar e a fazer em SIG toda a monitorização das infraestruturas que existiam no subsolo, de iluminação, de águas, esgotos, etc. Portanto, quando se partia para uma obra, normalmente, era sempre assim, não havia essa identificação. Naquele momento, já ia havendo.

Tinham-se encontrado coisas que não estavam previstas fazer naquela obra, quer à entrada para a Azinhaga de São Joaquim, quer o terreno que tinha tido que se tirar àquela propriedade, que era mesmo no meio, quando se ia para a Estrada das Mulatas. Tinha-se encontrado uma data de coisinhas que não era suposto estarem lá. Portanto, era o que o vereador dizia.

Essas tinham sido as coisas mais morosas, que tinha sido preciso compatibilizar. Naquele momento, já estava na parte mais célere, porque tudo aquilo que tinham sido problemas já tinham sido resolvidos. Não tinham sido só identificados, tinham sido resolvidos mesmo. Portanto, iam pedir para a empresa – salvo erro, era a Submerci - andar mais rapidamente com aquela obra.

Finalmente, ia desaparecer a florista. Tinha sido preciso vagar a casa que estava ao lado da florista. Entrava para dentro da Estrada dos Ciprestes, essa florista. Já tinha vagado essa casa, para possibilitar que se deitasse abaixo o prédio da florista e tinha que se refazer uma parede no prédio ao lado, porque aquilo ia ser aberto. Não era só a florista que ia abaixo, era mais um bocado da tal casa já estava vaga. Tinha que se fazer, para aquela estrada ficar toda nivelada, e tinha que se fazer nova parede nesse edifício, que estava a ser preparado com a própria florista, para aquilo ficar, de facto, de acordo com as necessidades do negócio daquela senhora. Portanto, era uma coisa que iria perturbar mais um bocadinho.

Não tinha nada que ver com a “bolacha”, eram os nossos serviços que iam fazer a demolição desse edificado e a reposição da nova parede, mas, de facto, íamos ficar, finalmente, com uma Estrada dos Ciprestes com dignidade e não com bocados a sair para dentro da estrada. Tinha sido assim. A cidade tinha indo crescendo e aquilo já lá estava há muito tempo. Iam reparando, iam arrumando melhor essas coisas e, portanto, isso também tinha levado a algum atraso.

Em relação ao PT, a vereadora já tinha explicado e bem. Se calhar, não se conseguia de todo, porque, às vezes, não se conseguia de todo fazer essas alterações, por causa das coisas que estavam no subsolo.

Gostaria que o Vereador Pedro Pina falasse da visita da senhora Ministra da Cultura, em que também tinha estado. Como ia fazer outra intervenção grande, à frente, agradecia que o Vereador Pedro Pina falasse da visita da senhora Ministra da Cultura, que tinha estado, praticamente, um dia inteiro no nosso município.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, efetivamente, a senhora Ministra da Cultura, a Dra. Graça Fonseca, através do Ministério da Cultura, tinha pedido para fazer uma visita ao Município de Setúbal, razão que se tornou pública perante eles. Segundo as palavras dela, ter-lhe-iam chegado boas informações daquilo que era o trabalho da Cultura do Município, não só, em particular, como uma matéria que também era visível a todos, que era a requalificação do património histórico e classificado, onde se destacava a requalificação do Convento de Jesus, tendo deixado nota à importância incontornável, para a requalificação desse equipamento, do papel que a Câmara Municipal de Setúbal tinha tido e a enorme dificuldade que era a preservação desse mesmo património.

Portanto, esse era um primeiro aspeto, que a senhora ministra, não tendo ainda tido oportunidade de o ter feito anteriormente, quis, naturalmente, tomar conhecimento com os seus próprios olhos da extraordinária obra feita pelo Município de Setúbal e, nesse sentido, também parabenizar a autarquia por ter tomado em mãos essa empreitada, sendo, como era óbvio, era compreensível, uma responsabilidade maior do Estado Português, mas, portanto, essa era uma primeira nota.

Um segundo elemento que também tinha estado na base da visita da senhora Ministra tinha a ver com o espaço de criação artística mais recentemente criado pela autarquia, que se chamava A Gráfica, onde tinham existido os antigos Armazéns de Papéis do Sado, que, ao longo do último ano e meio, tinha ganho expressão e forma por um conjunto de eventos que a Câmara Municipal tinha desenvolvido, onde se destacavam o MAPS, a Mostra de Artes Performativas, que ia na sua 2.ª edição, o FilmFest, festival que já tinha sido premiado e considerado, em termos internacionais, como uma boa prática de trabalho da Cultura, bem como um conjunto de residências artísticas a que tinham tomado forma naquele mesmo espaço.

Tinha sido uma visita muito interessante. A senhora Ministra, de facto, desconhecia. Tinha, por várias vezes, indo parabenizando o trabalho da divisão e o trabalho da autarquia. Essa visita tinha contado, ainda, com a presença da senhora Ministra num dos espetáculos, no âmbito do Festival de Música de Setúbal, que tinha tido lugar, também, durante esse mesmo fim de semana. Tinha havido, ainda, oportunidade de visitarem, quer o Pólo Central da Biblioteca, a Casa das Imagens, que tinha acabado por ser uma circunstância que, não estando prevista, tinha acabado por acontecer e que tinha sido, também, muito interessante. Por fim, ao final da tarde, também a pedido do Ministério da Cultura, o Museu do Trabalho de trabalho. A senhora Ministra tinha dado conta que era um espaço que visitava ainda antes do processo de musealização e, portanto, não conhecia essa nova vertente e tinha lamentado – essa era a confiança que lhes tinha feito –, enquanto vereadora da Câmara Municipal de Lisboa, não ter tido oportunidade de ter ficado com a Merceria Liberdade. Portanto, em boa hora tinha a Câmara ficado com essa possibilidade, conjugando esse elemento do setor terciário de serviços e aquilo que era a parte mais industrial e a parte mais agrícola, que também já estava considerada no próprio Museu.

Ao final da tarde, a pedido do gabinete da senhora Ministra, tinha havido uma reunião com alguns dos agentes culturais da cidade de Setúbal, quer em termos organizacionais, de organizações que já tinham sido, de alguma forma, consideradas no quadro dos apoios da DG Artes e que havia alguns anos não tinham sido, outras que tinham deixado de ser, outras que estavam em condição de ser elegíveis e que não tinham sido, bem como artistas mais emergentes, das mais diferentes áreas, do canto à música, do teatro à dança, do cinema à expressão plástica, uma conversa franca e aberta, com o reconhecimento das dificuldades que eram assumidas da parte do Ministério da Cultura.

Da nossa parte, Câmara Municipal, o que tínhamos pedido à senhora Ministra era que precisávamos, de facto, de um Ministério da Cultura forte, capaz de apoiar os artistas, os criadores, em toda a sua expressão, que a Câmara Municipal tinha, de facto, na Cultura, um dos seus pilares estratégicos de desenvolvimento, mas que, obviamente, precisava que o Estado Central encontrasse outros meios e outros mecanismos para apoiar determinantemente o desenvolvimento da Cultura no país.

A senhora Ministra tinha sido com agrado que tinha realizado a visita. Tinha-o manifestado durante o dia, tinha-o manifestado já, pessoalmente, por carta, na pessoa da senhora Presidente, e, também, através do Gabinete, já lhe tinha endereçado essa mesma informação, ficando na expectativa que alguns dos reptos que tinham sido lançados da parte da Câmara Municipal pudessem vir a ser acolhidos pelo Ministério da Cultura. Já ver, dali para a frente, como as coisas iam acontecer, nomeadamente as expectativas que pudessem ser dirigidas às candidaturas e às possibilidades, às estruturas de criação do nosso município. Aproveitava, a talhe de foice, para dizer que, infelizmente, o fim de semana tinha sido um fim de semana de alegrias e de tristezas na área do Desporto. O Vitória Futebol Clube não tinha conseguido o seu objetivo de subir à 2.ª Liga, pesasse embora o esforço meritório de toda a equipa, com todos contraventos, que, ao longo do último ano, tinha enfrentado, mas esses também eram os momentos em que devíamos saber que não se vivia só de vitórias. Portanto, da parte da Câmara Municipal, também queria endereçar à Direção do Vitória Futebol Clube, à sua equipa técnica, ao seu "staff", a todos os jogadores, os votos de parabéns pelo esforço e pela forma empenhada que, mesmo com tudo o que tinha acontecido, tinham continuado, de uma forma profissional, a garantir e a levar o emblema do clube da forma como se tinha

visto, mesmo já numa fase final, ainda levando até ao último momento essa esperança, que, infelizmente, não tinha sido conseguida. Queria ali dizer que continuariam, como sempre até aqui, a contar com a Câmara Municipal para os superiores interesses daquilo que era o Vitória Futebol Clube. Portanto, essa era uma nota que queria deixar.

Um segundo aspeto era que estávamos à beirinha de termos uma equipa no âmbito do râguebi na 1.ª Divisão. O Clube Rugby de Setúbal tinha ido ganhar a Coimbra por 41 a 11, estava na final e, portanto, no fim de semana seguinte, provavelmente, poderíamos ter uma equipa Campeã Nacional da 2.ª Divisão e com isso, também, ter mais uma equipa no 1.º escalão das modalidades do nosso país, o que, mais uma vez, também nos orgulhava e dava sentido ao trabalho que tinha vindo a ser desenvolvido, quer pelo clube e, também, pelo apoio da autarquia.

A Gala do Desporto tinha sido mais um momento importante no reconhecimento. Como tinha sido possível, a grande maioria dos senhores vereadores tinha estado presente. Os ausentes não tinham sido por falta de convite, tinha sido, certamente, por falta de disponibilidade ou por uma agenda já comprometida. Tinha sido um formato diferente dos anos anteriores. Considerando aquilo que tinha sido, também, o período que tínhamos vivido, não tinha sido fácil encontrar os critérios mais justos para estar a distinguir o Atleta do Ano ou o Técnico do Ano ou, enfim, o Clube do Ano. Portanto, o que se tinha pretendido tinha sido destacar aqueles que tinham tido o sucesso por terem sido campeões nacionais, quer individualmente, quer enquanto técnicos, quer enquanto clubes, quer a nível nacional ou internacional.

Tinha sido um grande momento de reconhecimento de todos aqueles que, mesmo no período do último ano e meio, em que tinham vivido com enormes dificuldades para o exercício do seu trabalho, da prática desportiva, quer de um modo mais amador quer de um modo profissional, mas que nunca tinham baixado os braços. Exemplo disso tinha sido a quantidade enorme de atletas da cidade de Setúbal, de treinadores da cidade de Setúbal, de dirigentes, que tinham sido muitíssimo bem-sucedidos nas mais diferentes modalidades, ao longo do ano anterior. Portanto, estavam de parabéns os clubes, estavam de parabéns os técnicos, estavam de parabéns os dirigentes, as famílias, que também suportavam muita dessa atividade.

Tinha sido mais um grande momento da afirmação de Setúbal como uma Câmara que continuava a olhar para o desporto como um pólo central do seu desenvolvimento, e, por fim, o reconhecimento a uma das figuras incontornáveis do Desporto da cidade, do Vitória Futebol Clube, o Carlos Cardoso, com alguns dos seus companheiros também presentes. Tinha sido uma bonita e sentida homenagem a quem tanto merecia, a quem tanto tinha feito pelo clube, a quem era um sadino de corpo e alma, da cabeça aos pés e que não abdicava, em coerência, de ser um apaixonado pela sua cidade. A seu ver, tinha sido muito bem atribuído. Outros também mereceriam, mas lá estariam, também, para fazer esse caminho.

Tinha sido uma Gala do Desporto que, mesmo com todas as contingências e com todas as circunstâncias de segurança que precisavam de garantir, tinha corrido muitíssimo bem. Estava de parabéns o Desporto de Setúbal.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que se queria associar às palavras do Vereador Pedro Pina em relação ao Vitória, à direção e aos jogadores, que tinham atravessado um momento difícil e que mereciam o nosso reconhecimento. Não tinha sido fácil, a situação que tinham encontrado. Diria que aquela direção tinha sido quase uma direção de salvação, e, independentemente do resultado desportivo não ser aquele que todos queriam, achava que estavam no caminho de salvar o Vitória, de não deixar cair esse emblema maior. Portanto, em nome do Partido Socialista queria associar-se totalmente ao reconhecimento de todos os envolvidos, os jogadores, os atletas, os funcionários, a direção, todos os órgãos sociais, porque, necessariamente, tinham que ter este reconhecimento do trabalho super, hiper difícil que tinham encontrado e que ainda tinham pela frente. Esse era um ponto.

O segundo ponto tinha a ver com a visita da senhora ministra. Tinha depreendido das palavras do senhor vereador que tinha mudado, também, um pouco a ideia que tinha da senhora ministra. Ainda se lembrava que, havia uns meses, logo no início da pandemia, que tinha havido uma posição politicamente muito hostil à senhora ministra, quase a exigir a

demissão. Portanto, tinha ficado com a ideia, da sua intervenção, que existia, também, um reconhecimento das dificuldades que o ministério também passava. Achava que era justo, também, reconhecer e também elencar.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que agradecia as palavras do Vereador Paulo Lopes e queria dizer-lhe que, ao contrário do que muitas vezes pudessem querer afirmar, da parte daquele executivo, o facto de terem posições firmes e de serem coerentes com as suas posições e no olhar que tinham sobre as políticas, não lhes podia retirar a condição de serem gente de bem e educada. Portanto, o repto, quando um ministro do Governo pedia para visitar o Município, mandavam as boas regras que o município se disponibilizasse para o fazer de facto e da forma respeitosa com que tinham recebido a senhora Ministra e se tinham disponibilizado para visitar os diferentes equipamentos. Podia dizê-lo, estava ali o Dr. Álvaro, que tinha tido durante a semana anterior dores de cabeça para conseguir concertar a agenda entre o Município e a Câmara, para as visitas que eram desejadas. Tinham tentado corresponder àquilo que tinham sido, também, os interesses manifestados pelo Gabinete da senhora Ministra. Não tinha ficado nada por dizer à senhora Ministra, absolutamente nada. Portanto, o que podia dizer era que tinha sido uma conversa saudável, positiva, mas que, obviamente, se tinham manifestado.

Recordava uma conversa que tinha tido a oportunidade de ter, juntamente com a senhora Presidente da Câmara Municipal e com o senhor Diretor de Departamento, com o, então, Ministro da Cultura, João Soares, no dia dos seus anos, em que tinham entrado no gabinete, na Ajuda, e ele tinha dito que era com enorme orgulho, que tinha uma enorme admiração pela cidade de Setúbal e pela senhora Presidente, que gostava muito de os ter lá, mas não tinha dinheiro para lhes dar.

Aquilo que tinham dito à senhora Ministra tinha sido: *“Olhe, este é o trabalho que nós estamos a fazer, mas, de facto, o que esperamos é que haja um Ministério da Cultura definitivamente forte e capaz de tornar, das boas intenções, práticas e ações políticas que sejam capazes de dotar, mesmo no registo e na articulação com as câmaras municipais, os territórios mais capazes de enfrentar aquilo que são os problemas da área da Cultura.”* Tinha sido, efetivamente, um encontro muito afável, muito simpático e a senhora Ministra tinha reconhecido e assumido que não tinha sido possível responder àquilo que, de facto, se exigia para uma política cultural correspondente às necessidades dos territórios, às necessidades dos criadores artísticos, e, portanto, que deixaria essa informação e levaria essa informação consigo, para que, eventualmente no próximo Orçamento de Estado, pudesse ser considerado.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que tinha compreendido isso tudo. Inclusivamente, achava que ninguém compreenderia que a cidade de Setúbal, o seu Município, não recebesse bem qualquer membro do Governo, fosse de que partido fosse. Portanto, tinham estado muito bem, que era assim que devia ser, mas, pelas palavras do senhor vereador - pensava que também tinha reforçado um pouco essa imagem -, tinha entendido que tinham dito à Ministra o que tinham a dizer e também tinham ouvido as respostas da Ministra, presumia ele, e das dificuldades do ministério. Daí ter dito que, pela intervenção, tinha percebido que havia uma compreensão do que é que tinha ocorrido. Tinha sido a sua interpretação, que o desculpasse, não tinha estado presente. Da intervenção tinha percebido que tinha havido uma compreensão de que, não havendo dinheiro para todos...

Aliás, tinha acabado de dizer que importava conhecer o território, claramente, mas também a vida era feita de opções e, no ano anterior, tinham tido que fazer determinadas opções e o ministério tinha tido, com aquilo que tinha sido possível, que dar Apoio. Eles queriam muito mais, os senhores da CDU queriam muito mais, a senhora Ministra, com certeza, que devia ter dado as razões porque é que não tinha podido dar mais além do que aquilo que tinha dado. Esperavam que no corrente ano e no ano que viria as coisas corresse francamente melhor. Era só isso.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que não era para interromper a conversa, mas, em português, compreensão não queria dizer aceitação, havia uma diferença. Tinha-se esquecido de dar uma informação importante à Câmara Municipal e, ao falar-se das questões do orçamento, também queria informar que, antes de vir para a reunião, tinha estado na reunião do grupo de trabalho de Educação da Área Metropolitana de Lisboa, que reunia o conjunto dos vereadores das áreas da Educação das câmaras municipais da Área Metropolitana.

Tinham estado a constatar, com grande desagrado, que no ano corrente, nas opções políticas do Governo, tinham decidido não fazer corresponder ao número de turmas de ensino profissional que o conjunto das escolas profissionais e das escolas secundárias da Área Metropolitana de Lisboa tinham solicitado à DGESTE, ao Ministério da Educação, vá-se lá saber porquê, por motivos orçamentais. Tinham ficado a saber que, nas opções do Governo, naquilo que era a correspondência à vontade dos jovens desses concelhos, para prosseguirem determinada via de ensino, nomeadamente a via do ensino profissional, no prosseguimento na conclusão do seu curso do ensino obrigatório, tinha ficado limitada, vá-se lá saber, por razões orçamentais.

Tinha sido a primeira vez que tinha ouvido uma coisa dessas e queria dizer que não só tinham transmitido o desagrado deles, a discordância, relativamente a isso, como todas as câmaras também o tinham feito e estavam a ver alguns maus sinais a aparecer, como aquela questão da Saúde, do Hospital de São Bernardo, em que faltava uma nova decisão do Conselho de Ministros e aquela decisão, também, de que não havia orçamento para o ensino profissional.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que pedia imensa desculpa, mas aquela conversa da cultura estava a complicá-lo um bocadinho. Achava que era muito difícil encarar um governo que encarava a cultura como uma coisa poucozinha, argumentando com a falta de dinheiro especificamente para a cultura e *“faz-se o que se pode e a mais não é obrigado, etc.”* Era uma visão poucozinha.

Aquela matéria carecia de uma certa apreciação, porque o Vereador Ricardo já tinha falado do hospital. No caso concreto do Centro de Saúde de Azeitão tinham tido que meter, à cabeça, 400, quase 500 mil euros, para que o centro avançasse. Estava no Tribunal de Contas, estavam a aguardar para poderem avançar, com o compromisso - logo veriam se se concretizava ou não – de sermos ressarcidos dessa verba.

Por exemplo, nessa linha do poucozinho, aquando do anúncio do PRR Habitação, tinha acontecido que todo o Orçamento de Estado que estava alocado à habitação tinha desaparecido. O que estava previsto para habitação era o Orçamento de Estado mais o PRR e, de repente, tinha desaparecido o Orçamento de Estado, tinha ficado só o PRR.

Havia uma visão um pouco curta das necessidades das populações, por um lado, e, por outro lado, uma questão um bocado complexa, do ponto de vista financeiro, a nível governamental. A habitação preocupava-o muito, porque a perspetiva era somar ao Orçamento de Estado ao PRR e não ia somar coisa nenhuma, tinha desaparecido do Orçamento de Estado, mas, em relação à cultura, já estávamos há demasiado tempo nessa linha confrangedora de ter uma ministra sem dinheiro a apagar fogos, a safar-se como podia, a desculpar-se como podia. Toda a gente. Aliás, sempre que via a senhora ministra estava a pedir desculpa a alguém, por não estar a conseguir fazer o que devia. Também achava que isso não se fazia às pessoas. A própria ministra tinha sido colocada negociação difícil, mas, se calhar, também se tinha posto a jeito.

Era só essa nota, porque essa ideia de que estavam de acordo e que havia uma concordância genérica e uma compreensão genérica, cuidado, porque a divergência política com a política cultural era frontal, era clara e evidente. Com as opções financeiras para a política cultural também era frontal e era evidente. Considerava que era errada, profundamente errada, quem denegava a cultura, quem prejudicava a cultura, quem subestimava a cultura, subestimava a vida humana.

Sr. Vice-Presidente – Disse que tinham entrado na discussão da política pura, que era onde se faziam as opções básicas e fundamentais em relação à aplicação dos meios orçamentais do país. A cultura e a educação eram fundamentais para o desenvolvimento do futuro, para as novas gerações. Aquilo que se tinha dito em relação à cultura e aquilo que tinha dito o Vereador Ricardo Oliveira, em relação às disponibilidades orçamentais, invocadas como falta de disponibilidade orçamental para o setor do ensino profissional, era um pouco mais grave do que isso e era uma questão de gestão política.

Chamava a atenção para isso, para aqueles que estavam a apoiar o partido do Governo, que estava no Governo, porque essas opções tinham que ter racionalidade para ser credíveis. Quando se dizia que não havia mais disponibilidade orçamental, era preciso perceber porque é que estão a ser financiadas novas opções no ensino particular e cooperativo, que não estavam a ser financiadas até àquele momento, fazendo regredir a oferta e a capacidade de execução, em termos de sistema educativo e em termos de execução orçamental, das escolas que tinham já consolidação na oferta de educativa.

Falava, nomeadamente, da Escola Profissional de Setúbal, que era propriedade da Câmara Municipal, onde já estavam aprovadas as turmas e aprovados os cursos com uma capacidade. A propósito dessa questão, lembrava que tinham tido a divulgação, havia pouco tempo, do *“ranking”* das escolas. Havia sempre muita contestação sobre *“rankings”*, porque havia diferenciações entre a origem socioeconómica dos alunos que iam muitas vezes para os colégios privados e aquilo que era a obrigação do ensino público, de atender universalmente a todos os alunos, independentemente do escalão social.

Ora, acontecia que a Escola Profissional de Setúbal recebia os alunos de qualquer escalão, nomeadamente muitos da Casa do Gaiato, que, sistematicamente, todos os anos lá estavam e que conseguia conferir apoios sociais que iam além daqueles que eram do apoio social escolar. Mesmo não tendo apoio social escolar, nenhum aluno tinha dificuldades em frequentar a Escola Profissional de Setúbal por falta de apoio social, mesmo que não estivesse incluído no programa do 2.º escalão. Mesmo assim, essa escola tinha sido a 1.ª do concelho, a 1.ª do distrito e estava em 28.º lugar no *“ranking”* nacional. Tinha 97 por cento de aproveitamento dos alunos.

Naquele momento, estavam ainda em maio, já tinha 65 por cento de manifestações de interesse de matrícula nos alunos, para a constituição da oferta formativa que tinha. No dia anterior tinha recebido a notícia de que tinha de reduzir mais duas turmas, quando o Ministério da Educação ia atribuir a novas iniciativas privadas a constituição de turmas de escolas profissionais. Isso era uma questão política, era uma questão de opção política. Era claro que se quisessem fazer a política mais ao rés-de-chão, diriam: *“Será para amigos? Será para alguém que tem influências?”*

Tínhamos uma oferta educativa integrada, de sistema público/sistema privado. Aquela escola profissional, como muitas delas, era de iniciativa municipal e, portanto, tinham muito pouca coisa ou não tinham nada de iniciativa privada, eram públicas, mas não podiam ver a sua oferta limitada ou constringida, quando a qualidade do trabalho prestado e os resultados obtidos tinham sido reconhecidos, porque as estatísticas, o Infoescolas, dava dados estatísticos sobre isso. A questão dos *“rankings”* funcionava, naquele caso, em sentido positivo. Não se comparavam com os colégios privados, acolhiam todos os alunos com necessidades sociais, com carências sociais e eram apoiados internamente. Nenhum aluno abandonava a escola por deficiências económicas, por deficiências sociais.

De facto, estava ali uma opção e chamava a atenção para isso: *“Cuidado!”* Estávamos num Governo com a Ministra Leitão, que tinha dado um grande abanão no ensino particular e cooperativo, tinha feito cortes substanciais ao ensino particular e cooperativo. No entanto, tinha-se continuado a preferir, ao revés dos critérios de preferência, em que tinham sido determinadas prioridades na oferta educativa, e, ao contrário, disso vinha-se fazer redistribuições, depois de estarem aceites e aprovados e de termos os alunos com pré-candidaturas, digamos assim, que eram as inscrições feitas enquanto não estava concluído o 9.º ano, mas os alunos inscreviam-se, e isso não era um bom sinal para a gestão da política de educação.

Deixava isso apenas como alerta, não era uma daquelas críticas contundentes, mas era um sinal de alerta que deixava a quem era membro do partido do Governo, para chamar a atenção, e mesmo para a oposição, porque isso tinha que ser visto. Havia ou não havia uma política de critérios a socialmente justos para a nossa educação, à parte daquilo que tinha sido dito sobre a cultura? A educação era uma questão fundamental, era uma questão básica, elementar, fundamental para que o futuro do país estivesse em condições de desenvolvimento. Se andassem a gerir as coisas em função de interesses menos de interesse geral e mais de interesses particulares as coisas não iriam correr bem. E esses indícios...

O Vereador Ricardo tinha dito que tinham desaparecido verbas do Orçamento, mas, mesmo as que estavam no Orçamento estavam a ser mal distribuídas. Era esse alerta que gostaria de deixar. Por favor, se não havia serviço público no ensino particular, então não multiplicassem o ensino particular sem capacidade de fazer serviço público, deixassem o serviço público fazer serviço público.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que só tinha intervindo por causa do alerta do Vereador Manuel Pisco e só para obter algum esclarecimento, porque aquela questão era importante, porque, quando falava da questão da Escola Profissional de Setúbal - porque era em Setúbal -, quanto mais educação e oferta formativa pudéssemos ter melhor. Se fosse diferenciado e conseguisse servir a região, melhor, aumentava a nossa atratividade, mas, acima de tudo, se era cortada aqui em detrimento de outro local, isso era fundamental, porque era uma opção política e estava certo - atrevia-se a dizê-lo - que qualquer vereador queria, evidentemente, que, havendo uma opção política, que se mantivessem os cursos a serem lecionados cá.

Não sabia se, porventura, tinham, ou não, conhecimento se os outros cursos que tinham sido abertos... Não interessava se era público ou privado, era uma dicotomia que seria relevante, tal como poderia ser relevante discutir o "ranking" das escolas, que era uma coisa que não tinha pés nem cabeça, mas isso era outra história, mas interessava, acima de tudo, porque, se se perdia aqui e se ganhava noutro, era preciso saber porquê.

Daí perguntar, também, outra coisa, que era se eram o mesmo tipo de cursos ou eram cursos diferentes ou se tinha sido apresentada alguma razão para os encerrar, se havia pouca saída profissional ou se havia alguma razão. Se não, caso contrário, até era favorável a que apresentassem ali uma moção e entregassem essa moção, porque não era uma questão de partidos, era uma questão a um nível importante, que era a formação dos nossos jovens e, em segundo lugar, no concelho. Se fosse possível fazê-lo e tivéssemos essa capacidade fazíamos-lo aqui.

Não sabia se o senhor vereador podia esclarecer isso, ou não, mas essas questões eram muito relevantes, para eles defenderem a nossa terra. Gostaria de saber, porque não tinha dúvidas que achava que o Partido Socialista também se associava. Não queria falar em nome deles, mas, se as condições assim o permitissem, acha que também não tinha qualquer tipo de problema.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, obviamente, enquanto vereador e mais do que enquanto vereador, enquanto munícipe, queria ter todas as opções abertas para os seus filhos e para todos os filhos dos setubalenses. Portanto, importava concretizar por que razão, para perceberem se a retirada das duas turmas da Escola Profissional de Setúbal tinha uma razão política ou se era uma razão objetiva, de concretização dos objetivos ou dos critérios, que tinham sido, entretanto, aprovados.

A indicação que tinha era que a rede ainda não tinha sido homologada e que, em sede de AML, onde a Câmara teria assento, tinha sido discutido esse assunto. Também não sabia qual tinha sido a posição que a Câmara Municipal tinha tido, mas podiam, eventualmente, discutir de uma forma mais aprofundada e tomar uma posição conjunta, caso fosse esse o caso. A informação que lhe tinham transmitido tinha sido que não havia uma opção política

nesse sentido. Ainda por cima, achava que ninguém podia acusar o atual Secretário de Estado da Educação de ter uma visão de benefício do privado em função da rede pública. Portanto, era importante perceberem o que é que tinha acontecido, concretamente, à Escola Profissional de Setúbal, para ter perdido essas duas turmas. Estava inteiramente disponível para, caso fosse necessário, tomar uma posição política, se fosse esse o caso, porque podia não ser.

Sr. Vice-Presidente – Disse ao Vereador Paulo Lopes que, querendo ou não querendo, tinha tocado exatamente no ponto chave. Nos anos mais recentes tinha sido adotado o critério da manutenção do número de turnos, ou seja, o que estava mantinha-se. Apesar disso, em função dos resultados, a Escola Profissional de Setúbal sempre tinha conseguido acréscimos de turmas.

No ano corrente, curiosamente, o senhor Secretário de Estado João Costa, tinha adotado um outro critério principal, que tinha sido o dos resultados, da efetivação de resultados nos últimos três anos. Só por esses resultados, a escola tinha avançado logo com o direito a ter mais duas turmas. Mas, o pior tinha sido que nem esse critério novo, do corrente ano, que tinha sido novidade, não tinha sido a manutenção de turmas. Devia ter sido em função dos resultados obtidos por cada uma das escolas que devia ter sido atribuído o número de turmas.

Essa informação era do dia anterior. Estava a falar disso com surpresa e estupefação porque era do dia anterior. Nenhuma razão tinha sido adiantada, mas não havia nenhuma queixa. Não estavam a ser excluídos de nada, porque tinham feito o mesmo, por exemplo, à Escola Profissional da Moita. Tinha feito o mesmo a uma escola profissional cuja conotação com o Partido Socialista seria mais próxima, com a Agostinho Roseta. Também tinham ido lá tirar uma turma, também tinham ido à Moita tirar uma turma. Tinha ido à Escola Profissional de Setúbal tirar uma turma e, no dia anterior, tinham dito assim: *“Por ordens superiores, vocês, que já têm as turmas, algumas delas, já quase constituídas, portanto, quando entrarem na altura das matrículas elas ficam, automaticamente, constituídas, mas já estão nesse sistema, retirem lá.”* Depois, íamos perguntar: *“Porquê?”* Não havia resposta porquê, quando se sabia - a informação era fácil de obter, quando conheciam o meio -, tinham vindo a saber que outras entidades, novas, tinham tido aprovação de novas escolas e novas turmas. Então, estavam a tirar aquelas que já tinham trabalho consolidado no terreno, para dar a outras que eram novos *“players”*, que tinham aparecido, quando isso era tudo ao contrário daquilo que era a política da Secretária de Estado, anteriormente, e, naquele momento, Ministra Leitão, naquele momento, de que a prioridade toda era para o ensino público, a oferta de ensino público, não era para beneficiar a o ensino privado.

Estavam de acordo com o que estava escrito na AML. Porque é que, no dia anterior, tinham alterado? No dia anterior, sexta-feira? Aquilo que era discutido na Área Metropolitana de Lisboa, na Área Metropolitana do Porto e nas comunidades intermunicipais, em todas elas, era, mais ou menos, um pró-forma de participação de, enfim, uma democratização, uma descentralização das competências, porque era levado ao conhecimento das áreas metropolitanas e à sua decisão aquilo que o Ministério da Educação e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares lhes apresentavam como as ofertas educativas que já estavam pré-determinadas, quais eram as prioridades e quais eram as quantidades, davam parecer *“sim”* ou *“não”*, pouco mais, não tinham grande hipótese. O processo era sempre depois do prazo, como tinha sido no corrente ano, em que a preparação da oferta devia ter sido feita e da definição da rede, é que ia ser perguntado, às áreas metropolitanas e às comunidades entram intermunicipais, qual era a sua opinião. Não tinham participado na discussão, portanto, isso não era um aconselhamento descentralizado.

Portanto, ou se fazia como devia ser - podiam participar na definição das prioridades de cada sub-região ou de cada região - ou se, não pudessem, depois de já estar estabelecido e de já estar aprovada, virem perguntar se estavam de acordo, ou não, pouco se podia entrar. Tinha sido esse o procedimento. Portanto, além de haver uma entidade além da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, que era a ANQEP, para o caso do ensino profissional, que era a

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional. Essa entidade é que estabelecia uma lista de prioridades da oferta formativa. Então, que as respeitassem. Só diziam isso: *“Então, respeitem-nas!”* Respeitassem essas prioridades e respeitassem o critério que o Secretário de Estado da Educação, Dr. João Costa, tinha definido como um critério novo de reconhecimento do mérito: *“Quem tem tido melhores resultados nos últimos 3 anos deve ser beneficiado.”* Afinal de contas, tinha sido e, na sexta-feira anterior, tinham-lhes comunicado a dizer que não. Iam ver. Tinham tirado à Escola Profissional de Setúbal, tinham tirado à Escola Profissional da Moita - estava a falar na Península de Setúbal -, e, depois, iam dar turmas a outras entidades que ainda não tinham nenhuma experiência. Era uma questão para a Ministra Leitão: *“Afinal, isto tem coerência, esta política de garantir e privilegiar o ensino público? Tinha coerência ou tinha aparecido algum novo amigo pelo caminho ou “player” importante, mais importante do que os que já estão?”*

Portanto, atenção à utilização dos meios públicos para o ensino público. Esse é que era o alerta que queria deixar. Deixava isso como recado para os apoiantes do Governo, para o partido do Governo, para perguntar porque é que isso tinha acontecido. Fizessem o favor, intervissem rápido, que era para ver se aquilo levava caminho.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que só não tinha percebido uma coisa, a manifestação de preocupação que tinha sido referida, até àquele momento só tinha sido mencionada na AML, na reunião da AML, em mais sítio nenhum? Não valeria a pena, nesse caso, fazer chegar por escrito?

Compreendia a questão política ou partidária da questão, que colocava ao Partido Socialista. Entendia, mas isso em nada prejudicava aquilo que devia ser a questão formal, que era, se o Município de Setúbal considerasse, de forma objetiva, ou que, de acordo com os critérios que tinham sido mencionados, da instituição que estabelecia as prioridades para os cursos profissionais, que seria normal termos esses cursos na Escola Profissional de Setúbal.

Isso era uma base forte, era uma base técnica, devíamos manifestar isso o quanto antes, porque, se só manifestássemos na Área Metropolitana de Lisboa, ainda por cima, numa fase tardia do processo, como tinha sido indicado, não seria suficiente. Deveríamos manifestar, pelo menos, em reunião da Câmara, ou, então, se não fosse reunião da Câmara, ainda que existisse plena solidariedade, em outra circunstância, uma comunicação escrita à senhora Ministro. Não sabia se essa era a intenção, ou não, mas percebia-se perfeitamente a questão dele.

Sr. Vice-Presidente – Disse que era segunda-feira e aquilo a que se estava a referir tinha sido comunicado à escola na sexta-feira. Nem sequer sabia o que é que estava a passar no resto do país. Era claro que iriam percorrendo os caminhos todos, para saber qual era o motivo, qual era a razão. Se a razão tivesse um fundamento lógico, naturalmente entendê-la-iam. O problema era que nunca aquela escola tinha tido uma resposta desse tipo: *“São ordens superiores!”* Razão não havia, eram ordens superiores. Isso é que os preocupava.

Atenção, porque não era só a Escola Profissional de Setúbal. Estava a referir que a Escola Profissional da Moita tinha sofrido os mesmos efeitos, a Escola Agostinho Roseta tinha sofrido os mesmos efeitos, depois de estar aprovada a constituição de turmas, de estar na oferta da rede pública nacional, na sexta-feira tinha tido essa comunicação. Tinham pedido por escrito e tinham dado resposta, mas, por telefone, não. Então, que escrevessem, pelo menos, um *“e-mail”* a dizer quem é que tinha ordenado essa alteração das prioridades.

Agora, com isso, era segunda-feira - era a tarde de segunda-feira -, percorriam os caminhos todos, para saber qual era o fundamento disso e, se tivesse lógica e fundamento, o que interessava era o bem comum. O que interessava era o interesse de todos, mas o que lhes tinha chegado na sexta-feira tinha sido que tinha havido, de facto, outras entidades novas, que tinham aparecido, a quem tinham sido atribuídos cursos e turmas. Aí, tinham perguntado: *“Qual é a coerência disto?”* Portanto, deixava o alerta, mas iam investigar e, se fosse preciso, naturalmente, se houvesse lugar a uma tomada de posição da Câmara, proporia uma tomada de posição da Câmara Municipal, porque a fase de auscultação e de parecer da Área

Metropolitana de Lisboa e das comunidades intermunicipais já tinha passado. Essa fase tinha passado, estavam lá critérios definidos e tinham sido aprovados e tinham sido definidos. Tinha passado e, ainda assim, tinha sido difícil ultrapassar essa coisa que era uma novidade positiva, era um passo em frente, daquele critério que era tradicional, de repor o número de turmas e de cursos. Habitualmente, repunha-se. No corrente ano tinha havido uma novidade, o Secretário de Estado da Educação, João Costa, tinha avançado isso como uma boa novidade. Tinha dito: *“Não, não, quem tem feito melhor vai beneficiar por isso, vai justificar que haja mais atividade.”*

Aquela escola não tinha grandes problemas, porque estava em plena atividade, estava completamente lotada, não tinha grandes problemas com isso, não lutava com problemas. Mas, em todo o caso, tinham andado a retirar, de repente, de forma administrativa, com a única justificação que tinha sido dada telefonicamente e por escrito, por *“e-mail”*, de que tinham sido ordens superiores, portanto desobedecendo aos critérios que estavam estabelecidos na Secretaria de Estado e que estavam estabelecidos pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, pela ANQEP.

Isso é que era estranho e, portanto, não era bom augúrio. Alertava, para que se perguntasse porque é que essas coisas estavam a acontecer, porque o nosso sistema educativo, se não corresponde às necessidades das empresas, dos alunos e das famílias que tinham os seus educandos, se essa coisa andava a ser gerida em função de atribuição de financiamentos públicos para este ou para aquele, as coisas não corriam bem. Isso era uma coisa que tinha efeitos que todos entendiam, tinha efeitos na geração seguinte, pelo menos, e nas gerações futuras. Não se podia fazer jogos desses com a educação.

Estava a dar mais importância a isso e mais sublinhado porque estávamos num quadro de antecipação de uma responsabilidade muito maior para os municípios na educação. Dentro de um ano estaríamos com um quadro de discussão de necessidade de pôr a funcionar todo o sistema secundário muito com a responsabilidade das autarquias. E as autarquias tinham que ter uma noção e uma capacidade de resposta, que, naquele momento, ainda não lhes tinha sido solicitada. Portanto, não podiam entrar num regime de grande responsabilização com critérios distorcidos. Isso era importante que se dissesse. Era importante que se dissesse e era importante que não se permitisse que acontecesse.

Não era ainda o caso de mais um ou menos um ou mais dois, mas, naquele momento, essas coisas tinham que ser travadas. Apelava a quem estava na Câmara a representar o partido que estava no Governo que fizesse as suas perguntas, não mais do que isso, que eles também fariam, para perceber porque é que aquilo estava a acontecer, porque, quando havia capacidade de uma oferta educativa qualificada, demonstrada e comprovada, porque é que estavam a dispersar os meios e os recursos financeiros por entidades que ainda não tinham provado coisa nenhuma, sobretudo quando vinha ao arremio de uma política que tinha sido imposta num governo que tinha trabalho feito nessa área, tinha reduzido, substancialmente, o ensino privado, os apoios públicos para o ensino privado. Mas havia sempre um sítio onde afloravam outros novos enquadramentos e outros novos protagonistas, a beneficiar do ensino público sem nenhuma prova dada. Essa é que era a estranheza. Continuavam a fazer perguntas e apelava a que os senhores vereadores do Partido Socialista o fizessem, para ver se esclareciam. Se houvesse uma boa razão entenderiam tudo, se não houvesse não entenderiam nada.

Sra. Presidente – Disse que achava que devia ser tomada uma posição pública da Câmara Municipal e de todos os vereadores. Devia ser tomada uma posição pública e, um pedido de reunião da câmara, com caráter de urgência, porque aquilo não podia ficar assim. Aquilo era um *“déjà vu”*, tinha acontecido exatamente a mesma coisa há cerca de 4 anos atrás e, tinham ganho, portanto, convinha ir falar ao governo.

Referiu que na passada sexta-feira, que tinha antecedido à visita da Senhora Ministra da Cultura, tinham tido a iniciativa da ViniPortugal. Tinha sido a atribuição dos prémios de excelência, dos vinhos nacionais e internacionais, aqueles que tinham sido medalhados e, a ViniPortugal tinha escolhido Setúbal para fazer a atribuição desses prémios. Tinha sido

4

atribuídos prémios de Norte a Sul do País e Ilhas e, tinham tido mais de 12 jurados internacionais.

Tinha estado presente o Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Quer o Governo, quer a ViniPortugal tinham preferido Setúbal para aquela entrega de prémios, pela educação e acolhimento que lhes eram reconhecidos.

Naquela comitiva tinha vindo o Chefe de Gabinete do Senhor Secretário de Estado, que tinha tratado do processo da Escola Profissional de Setúbal, há uns 4 anos atrás e, que disse exatamente isso, que tinha sido ele que tinha tratado, com o Senhor Vereador Manuel Pisco, do caso da Escola Profissional, quando se queria retirar umas centenas de milhares de euros àquela escola na época e, ele tinha ajudado o Município de Setúbal, na altura, a resolver aquele problema. E naquele momento estavam com outro problema em cima da mesa, porque o retirar duas turmas à escola profissional significava amputar financeiramente aquela escola, tirando-lhe capacidade financeira ao próprio funcionamento da escola.

Havendo capacidade para “x” alunos, a rentabilização dos recursos humanos, da manutenção dos espaços, de toda a parte logística, era para “x” alunos e para a entrada da cota de “x” alunos e não menos cerca de cinquenta alunos. Duas turmas eram cerca de cinquenta alunos naquela escola. Cinquenta alunos vezes “x” de propina era muito dinheiro para o funcionamento de toda a parte logística, da parte administrativa, porque tinha que se pagar ao ROC, aos técnicos de contas, a toda a gestão da escola, aos professores, etc. Era uma machadada muito grande, não podia ficar assim.

Era mais uma luta, porque para Setúbal nada era fácil. Com muita elevação e educação, iam continuar a dizer, o que tinham a dizer aos senhores ministros, aos senhores secretários de estado. Tinha a carta da Senhora Ministra a dizer que tinha gostado muito de ali ter estado e, da forma como tinha sido tratada. Mas tinham-lhe dito que a nossa cultura tinha sido muito maltratada e que continuava a ser, aquilo tinha que dar a volta. Na reunião que tinha havido, com todos os agentes culturais, como já tinha dito o Senhor Vereador Pedro Pina, todos a tinham tratado bem, mas todos tinham dito o que tinham que dizer. Ela também tinha gostado dessa frontalidade desse respeito e dessa educação, porque era assim que as coisas tinham que ser feitas.

Relativamente à escola aquilo não podia ficar assim, tinham que ir tratar da situação.

Sr. Vice-Presidente – Disse que não havia nenhuma crise na escola por causa de menos duas turmas. A capacidade estava em pleno, desde que tinha havido estabilização no financiamento, depois da crise de 2014 em que o governo de Passos Coelho tinha entendido bloquear e, durante um ano e meio bloqueou, o financiamento a dezenas de escolas do País, criando uma crise séria. Essa questão tinha sido ultrapassada, tinham sido feitas as atualizações em diversos diplomas legais, em vários sectores, nomeadamente no âmbito do regime jurídico das finanças locais, das empresas municipais, das empresas locais, na própria lei do orçamento de estado, havia sempre um artigo que enquadrava devidamente o financiamento dos contratos-programa das escolas nos quadros profissionais, portanto, essa questão tinha sido estabilizada. Naquele momento não havia uma crise, o que havia era uma necessidade de esclarecer qual era a função, qual era o trabalho que cada uma das instituições podia fazer. Aquela escola tinha uma função pública, não tinha privada. Era um serviço público, estava incluída na rede pública de ensino, não era uma “coisa” para fazer negócio. Financeiramente estava estabilizada, infelizmente, por más razões, pela pandemia, o ministério da educação tinha tomado mais a peito a regularização, não fazendo atrasos nas transferências que eram habituais. Tinha deixado de haver esses atrasos, esse era um ponto positivo e, tinha estabilizado financeiramente. Não havia uma crise de sobrevivência da escola, havia era uma crise de eficácia no serviço público de educação. E quando a escola, aquele ensino profissional, ganhava um avanço significativo nas empresas e na sociedade apareciam com alguma regularidade, sem grande justificação, aquelas entorses de discriminação e de atrapalhão do funcionamento das escolas, não havia razão para isso. Estavam a preparar um vídeo, para saber o que é que aquela escola fazia, ou o que é que a escola merecia, porque aquela escola tinha uma coisa que nenhuma outra escola secundária

4

do ensino regular tinha, era quando perdia três alunos, perdia financeiramente. O ministério da educação, tinha no seu orçamento as despesas com os professores, com a manutenção da escola, de qualquer escola secundária do país, com aquela escola, estando também na região de Lisboa e Vale do Tejo, que era o caso daquela, também incluída no orçamento do ministério da educação, mas se perder três alunos perdia financeiramente, portanto, aquela escola era obrigada a ser eficiente e a levar os alunos até ao fim. O trabalho daqueles professores era três ou quatro vezes superior ao de qualquer professor noutra escola profissional. Se tiver maus resultados era penalizada financeiramente e, aquela câmara nunca ali tinha ido pedir qualquer apoio financeiro para colmatar o défice de financiamento, por perda de alunos ou perda de eficiência nos resultados finais dos alunos e das turmas, isso nunca tinha acontecido. Aquela escola funcionava com uma coisa, que poucas deviam ter, que era um sistema de gestão de qualidade, na própria escola profissional. Tudo o que se fazia naquela escola era da ISO 9001:2015, estava certificada pela APCER, se qualquer outra escola secundária perder alunos, se chegar ao final de um ano letivo com menos 50% dos alunos, como era comum, nos profissionais era muito vulgar, ou menos que isso, havia escolas que terminavam os seus cursos, ao fim do 3.º ano com 5 ou 6 alunos, essas escolas se estivessem no regime financeiro daquela escola estavam falidas. Ali não acontecia, mas era preciso muito trabalho e ter uma escola a funcionar com regime de certificação, pela ISO 9001:2015 não era fácil, dava muito trabalho, mas ela existia e estava a funcionar assim. Havia um sentimento de injustiça quando era uma escola daquele tipo, com aquela oferta que tinha trabalhadores das melhores empresas da Península de Setúbal e, em muitas do País e alguns do estrangeiro também, que eram trabalhadores filhos daquela escola, estavam na Secil, estavam na Lisnave, estavam na Portucel, estavam na Navigator, estavam na Autoeuropa, estavam em todo lado. Era uma instituição daquele município, com bastante valor, não deviam deixar que ela fosse secundarizada, por razões administrativas de menor clarificação, era bom exigir clarificação e nesse sentido achava que a câmara deveria estar atenta e agradecia o debate que ali tinha sido feito e a atenção que se lhe queria dar porque, havia um trabalho feito que não poderia ser desprezado e que era a benefício do município não era a benefício de ninguém, era só do município.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, naquele dia, se comemorava o Dia Nacional do Pescador e, em Setúbal, terra de pescadores e, ainda mais, sendo neto de um pescador originário da Murtosa, não poderia deixar de o mencionar. Pensava que era extensivo a todos os vereadores, naquele dia, homenagear todos aqueles que labutavam diariamente no mar.

Sra. Presidente – Disse que se tinham esquecido que, no dia anterior, tinham sido duas missas mais uma procissão. Tinham estado em todas e, naquele dia, tinham ido depor flores na estátua de homenagem ao Pescador Desaparecido, porque não tinha lá o corpo de ninguém, numa relação muito próxima e muito de solidariedade, também, com a vida dura daquela gente, daqueles homens bravos. Estava muito agradecida ao senhor vereador por se ter lembrado disso. Portanto, também estavam nessa homenagem.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto de ata de reunião ordinária da Câmara de 05 de maio de 2021

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião.

2. Deliberação n.º 131/2021 – Proposta n.º 09/2021 – GAP – Empreitada Denominada - “Intervenção de Natureza Estrutural para Evitar Derrocadas na Encosta do Forte de São Filipe em Setúbal - Fase 2” - Ratificação do Despacho n.º 61/2021/GAP

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 10 e 11, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 132/2021 – Proposta n.º 10/2021 – GAP – Protocolo de Cooperação entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. e o Município de Setúbal no Plano de Vacinação contra a COVID-19 (CAIS 3)

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 12 e 13.

Sra. Presidente – Disse que aquele posto de vacinação já contava com mais de quarenta e cinco mil vacinações, o que era extremamente importante. Muitos dias tinham mais de mil vacinações.

A Sra. Presidente pôs a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 133/2021 – Proposta n.º 11/2021 – GAP – Protocolo de Cooperação entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. e o Município de Setúbal no Plano de Vacinação contra a COVID-19 (Azeitão)

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 14 e 15, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 134/2021 – Proposta n.º 22/2021 – DAF/DICONT/SECONT – Candidatura “Recolha Coletiva de Proximidade de Resíduos Urbanos Biodegradáveis em Setúbal” – 1.ª Fase, no âmbito do POSEUR – Afetação de conta bancária

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 16, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 135/2021 – Proposta n.º 23/2021 – DAF/DICONT/SECONT – Candidatura “Recolha Coletiva de Proximidade de Resíduos Urbanos Biodegradáveis de Setúbal – 2.ª Fase” no âmbito do POSEUR – Afetação de conta bancária

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 17.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que aquilo fazia parte de um conjunto grande de candidaturas a que o município se tinha vindo a balançar. Já estavam operacionalmente a fazer aquela ação em Azeitão, porta a porta e, tinha surgido a oportunidade de desenvolverem e apresentarem duas candidaturas, eram aquelas que tinham ido ali naquele dia, a afetação das contas bancárias, que tinha a ver com a colocação de contentores coletivos, só para aquele fim. Ia ser entregue às pessoas, um contentor e uma espécie de uma chave que abria outro contentor grande, para não haver mistura de resíduos.

Na primeira fase tinham concorrido com São Sebastião, toda a zona habitacional de grande densidade, Vale do Cobro, Monte Belo, Bairro Afonso Costa, Azeda, ia ser abrangida por aquele projeto, naquele momento já estavam a ser colocados os *moloks*, um pouco mais pequenos que os outros, porque a frequência da recolha tinha que ser maior, tendo em conta a natureza dos resíduos. Iam brevemente arranjar com elas, estavam à espera que lhes fosse fornecido o camião, que também fazia parte da candidatura, e depois havendo oportunidade com o novo aviso, replicarem para a 2.ª fase, para a União das Freguesias de Setúbal, também iam ser abrangidas as zonas populacionais com maior densidade, como o Bairro do Liceu, a zona de Santa Maria, a zona da Anunciada, eram mais ou menos aquelas zonas. A par disso, também se tinham candidatado ao estudo de caracterização dos bio resíduos, no dia seguinte iam ter uma sessão pública, no Mercado do Livramento, todas as hipóteses de financiamento que o município podia ter naquela área, tinham agarrado todas e estava a ser uma experiência muito interessante, tinha dado muito trabalho, mas era muito interessante ver que conseguiam aquele reconhecimento e todo aquele financiamento, que já ia perto dos três milhões de euros, que era um grande avanço para o serviço.

Salientou que, com a nova legislação que tinha saído sobre os resíduos, a partir de 2023, progressivamente, todos os municípios tinham que ter um sistema de recolha seletivo de orgânicos e que deveria estar implementado a partir de 2025. Portanto, tinham avançado um bocadinho, mas não tinham feito nada mal, porque agora teriam que estar preparados.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 136/2021 – Proposta n.º 24/2021 – DAF/DICONT/SECONT – Constituição de Fundo de Maneio FINA – Olympic Marathon Swim Qualifier

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 18, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 137/2021 – Proposta n.º 25/2021 – DAF/DICONT – 4.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades e 4.º ao Plano Plurianual de Investimentos

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 e 20, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD.

9. Deliberação n.º 138/2021 – Proposta n.º 26/2021 – DAF/DICONT/DICOR – Prestação de Contas e Relatório de Gestão Relativos ao Exercício de 2020

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 21 e 22.

Sra. Presidente – Leu a seguinte nota introdutória: *“A presente introdução enquadra a Conta de Gerência de 2020 e destaca os aspetos mais salientes em cada uma das áreas de atuação do município. O que aqui se apresenta é uma síntese do que foi feito no ano passado, período particularmente difícil em que a pandemia marcou, com enorme intensidade, a vida de todos nós.*

As consequências das mudanças impostas pelo COVID fizeram-se sentir transversalmente na vida coletiva e impuseram significativas adaptações na gestão da Câmara Municipal para responder às necessidades dos munícipes.

A edilidade setubalense e todos os que nela trabalham fizeram enorme esforço para garantir que toda a máquina municipal continuasse em funcionamento, objetivo que foi plenamente alcançado, ao mesmo tempo que se dava o necessário apoio às populações mais afetadas pela pandemia.

O que se segue retrata, forçosamente de forma incompleta, mais um ano da vida deste município a que me orgulho de presidir desde 2006. Será esta a última Conta de Gerência que aqui apresento e faço-o com o sentimento de dever cumprido. Faço-o com o sentimento de, nestes anos, ter promovido, com os que me acompanharam no executivo municipal com pelouros atribuídos, intensa transformação positiva desta cidade e de todo o nosso concelho.

Basta olhar para o que era Setúbal há vinte anos e comparar com o que é hoje para, fácil e rapidamente, constatar a profunda mudança operada, com importantes consequências na atração de investimento, de criação de emprego, na captação de turistas e de mais população.

Este é o resultado de termos sempre trabalhado para construir Mais Cidade.

Agora, importa continuar a fazer Mais Setúbal.

O balanço que a seguir se apresenta é, como já referi, fortemente condicionado pela pandemia. Ainda assim, é um balanço rico que espelha o intenso trabalho realizado.

Na administração Geral e Finanças o Covid impôs, na área da informática, significativo desafio para que a organização conseguisse responder às necessidades de funcionamento em teletrabalho. Foram criadas condições para que os utilizadores pudessem aceder à rede informática do Município e às ferramentas e tecnologias, quer com computadores pessoais, quer com os municipais, sem perder o foco na segurança da informação e proteção de dados. A estratégia seguida assentou num aumento da desmaterialização dos processos e da portabilidade dos equipamentos.

A partir de março de 2020, redobram-se os desafios e a aposta na melhoria da qualidade dos serviços prestados no atendimento ao público e gestão documental.

No quadro dos projetos definidos para o ano, a área administrativa consolidou a mudança do Arquivo Municipal para instalações próprias, a par da desmaterialização dos processos para o

h

arquivo digital, permitindo o acesso continuado à informação de forma remota por parte de todos quantos precisavam desses elementos.

Foram, ainda, coordenadas ações de higiene e limpeza nas instalações municipais e apoio à manutenção de alguns edifícios, em harmonia com as novas regras decorrentes da situação pandémica.

A utilização, pela primeira vez, da aplicação do SNC-AP implicou a uma alteração significativa na forma de trabalho dos serviços, com especial impacto na criação de uma Contabilidade Analítica desagregada por áreas de responsabilidade do Município, alterando por completo o sistema em uso e a necessidade de articulação com todos os serviços.

A transição do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) para o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), constituiu o grande desafio ocorrido no ano contabilístico de 2020, exigindo um conjunto de inputs em todas as áreas de trabalho do município de forma integrada.

Na área de ação de fiscalização foi dada resposta às tomadas de decisão da Comissão de Risco, garantindo a posterior intervenção de outros Serviços Municipais, realizando-se mais de 300 ações de sensibilização junto de estabelecimentos comerciais.

(No levantamento da área de Administração Geral e Finanças em que se insere a área do Património, ficamos a saber, com toda a segurança, de que esta Câmara Municipal dispõe de cento e sessenta e oito mil bens móveis e imóveis, que ficaram devidamente registados).

Na área do Ambiente e Atividades Económicas, o ano 2020 foi um ano particularmente difícil no domínio do ambiente. A pandemia condicionou a realização de muitas atividades e exigiu a concentração de esforços na realização de ações de limpeza e desinfeção do espaço público, a par do normal funcionamento dos serviços essenciais.

No domínio da sensibilização ambiental, realizaram-se ações diversas no domínio digital e de comunicação. Garantiu-se o galardão ECO XXI, o envolvimento no projeto europeu BEACON, a participação no PMAAC-AML e a preparação do PLAAC Arrábida.

Na higiene urbana, continuou-se a instalar sistemas de deposição em profundidade (35 contentores). Recolheram-se 70,5 mil toneladas de resíduos. Apresentaram-se duas candidaturas para implementação de recolha seletiva de resíduos orgânicos, com um investimento total de 1,3 milhões de euros, com cofinanciamento POSEUR de 85 por cento, e implementou-se a recolha de Resíduos Urbanos porta-a-porta em zonas de moradias. Foi elaborado o Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública.

No domínio das desmatagens e gestão de material combustível, realizaram-se mais de quinhentas intervenções em terrenos públicos e privados. Foram desmatados 250 hectares de terrenos municipais, 14 hectares de terrenos privados e 1994 quilómetros de estradas e caminhos municipais.

No sector do bem-estar animal continuou-se a ampliar o CROAC – Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia e asseguraram-se as campanhas CED e de vacinação anual.

Submeteram-se candidaturas e foram elaborados os regulamentos municipais de Bem-Estar Animal e o Regulamento de Voluntariado do CROAC, bem como três publicações em colaboração com a ONDAID.

Nos espaços verdes foram realizadas ações em diversos locais e assegurou-se a manutenção do Parque Urbano da Várzea e dos restantes parques e jardins da cidade.

Na energia e eficiência energética, reformulou-se a iluminação pública em diversos locais.

No Setor de Mercados, continuou-se a requalificação do Mercado da Conceição.

No Serviço de Cemitérios foram construídos ossários e a requalificadas as zonas de gestão de resíduos nos cemitérios de Azeitão.

Na Comunicação e Turismo, a Divisão de Comunicação e Imagem teve, em 2020, o desafio de, perante uma redução significativa da atividade geradora de muito do seu trabalho regular – a produção de conteúdos associada à divulgação de eventos – manter a rota de crescimento verificada nos últimos anos.

A comunicação teve um papel fundamental na gestão da pandemia com o desenvolvimento de informação diária de sensibilização, bem como na criação de produtos de comunicação nas redes sociais para apoiar as artes e as atividades económicas. Várias foram as rubricas

criadas para comunicar durante o confinamento de 2020, reforçando-se o papel da comunicação digital no contacto com o município e alcançando patamares de visualizações muito acima do normal e do expetável, o que resultou num crescimento de 22 por cento no Facebook e de 52 por cento no Youtube.

O projeto Setúbal à sua Mesa foi a mais bem-sucedida rubrica nas redes sociais municipais e com ela foi feita a promoção de atividades económicas como as dos restaurantes e dos produtores locais.

Na área do turismo, e devido à redução de turistas, manteve-se toda a estrutura de apoio aos operadores turísticos. Os dados provisórios do Turismo de Portugal indicam que Setúbal sentiu menos o impacto da quebra do que toda a área de Lisboa.

Foram desenvolvidos projetos de apoio aos produtores locais, como as Mostras de Saberes e Sabores, que acabaram por constituir importante contributo para a dinamização da economia local.

As receitas dos equipamentos turísticos, com dormidas (Ecoparque) e funcionamento de lojas, cafés e alugueres de salas, registaram uma quebra anual de 37 por cento, o que, perante o cenário de pandemia e confinamentos, acabou por não se acentuar mais graças aos meses de verão (de junho a outubro), período em que registou aumento da procura por turistas nacionais e estrangeiros.

Na Educação e Saúde, aproveitando as oportunidades do POR Lisboa 2020, prepararam-se e apresentaram-se candidaturas para a remoção de coberturas em fibrocimento de cinco escolas e para a requalificação da Escola Básica de Santa Maria.

Avançaram estudos para futuras ampliações de três escolas básicas, visando eliminar regimes duplos no 1.º ciclo do ensino básico e, ao mesmo tempo, para alargar a cobertura da rede de educação pré-escolar.

A este nível, destaca-se o encerramento do Jardim de Infância de Setúbal (ex-CEPI) e a abertura de quatro salas de pré-escolar nas escolas básicas Bairro Afonso Costa, Luísa Todí, Amoreiras e São Gabriel.

Foi iniciada a revisão da Carta Educativa, instrumento de planeamento e gestão que permite priorizar intervenções no parque escolar e programar futuras construções e ampliações.

A prestação do serviço de refeições escolares, nos moldes habituais, foi interrompida em meados de março, dando lugar a um regime de take away tanto para as crianças beneficiárias da ação social escolar, como para os filhos de pais com profissões consideradas essenciais.

Visando a promoção de hábitos e estilos de vida saudáveis, deu-se continuidade ao Programa de Educação Alimentar e à supervisão e monitorização do serviço de refeições.

Em 2020, uma vez mais, procedeu-se à oferta de livros de atividades, das várias disciplinas, a todos os alunos do 1.º CEB.

Na impossibilidade de realizar, nos moldes habituais, algumas das ações e eventos mais marcantes, foram encontradas formas alternativas para assinalar o 25 de Abril, o Dia Mundial da Criança ou a Receção à Comunidade Educativa, entre outras.

A VI Conferência Anual de Educação cumpriu os objetivos, ainda que com a presença limitada de participantes, mas com a oportunidade de visualização via Youtube.

O Programa de Educação pela Arte e pelas Ciências Experimentais prosseguiu com adaptações e interrupções devido ao confinamento, tendo regressado em outubro.

No âmbito das redes de cooperação, Cidades Educadoras e Cidades de Aprendizagem da UNESCO, foi possível dar continuidade aos trabalhos e à participação na modalidade online.

Prosseguiu-se a articulação com a ARSLVT para a concretização da construção de três novos centros de saúde, com o centro de Azeitão já em fase de adjudicação da empreitada.

Ao nível da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, na qual se deu continuidade a uma participação empenhada, foi dada colaboração na recolha de inquéritos para elaboração do Atlas da Saúde.

O desenvolvimento do projeto "Setúbal a Pensar em Si" decorreu de acordo com o calendário previsto, contando com a participação dos vários serviços do Município, com vista à construção do Plano Local de Desenvolvimento em Saúde.

Deu-se início à elaboração do Perfil de Saúde de Setúbal, documento estratégico para se conhecer com maior rigor e em toda a sua extensão o estado da saúde no Concelho.

A constituição de uma comissão organizadora, de uma comissão científica e a criação de dois grupos de trabalho, deram o arranque ao Fórum de Saúde, espaço de partilha, articulação e reflexão sobre as questões da saúde e qualidade de vida no município.

Relativamente à Cultura, Desportos, Direitos Sociais e Juventude, apesar das limitações impostas pela pandemia, a atividade nas áreas da cultura, desporto, direitos sociais e juventude foi muito intensa.

Nos Museus, Bibliotecas e Galerias Municipais, foi possível, com recurso aos meios digitais, desenvolver iniciativas como o O Cantinho da Leitura, A Biblioteca Online, Sugestões de Leitura e outras atividades de promoção do livro e da leitura.

O ano foi marcado pela reabertura do Museu de Setúbal/Convento de Jesus, após as obras de recuperação.

Foi dada continuidade ao trabalho de preparação para a abertura da Casa das Imagens e da Casa Memória Joana Luísa e Sebastião da Gama.

No plano cultural, os equipamentos culturais concretizaram um conjunto de eventos, muitos deles em streaming. Passou a produzir-se de forma adaptada o Festival de Jazz, o Amateatro, a Mostra de Artes Performativas, o Film Fest, o EXIB, o Cantofest, a Festa da Ilustração de Setúbal, o Festival Colina.

Especial atenção foi dada aos artistas e ao associativismo cultural da cidade, o que permitiu não só levar cultura à população, como contribuir para minimizar as dificuldades económicas com que o setor e os seus agentes se depararam.

(Importa dizer que foram dadas contribuições financeiras em mais de um milhão de euros, entre as coletividades e os próprios artistas).

Foram, paralelamente, criadas novas formas de apresentar a cultura, com as iniciativas Setúbal em Casa com Arte, Casa da Cultura Dentro de Casa, Quarentena de Cinema, Tomei a Liberdade, Fado em Casa, Serviço Educativo Online, Fado Porta a Porta, Cinema na Rua e residências artísticas e instalações na Gráfica, entre outros.

A área do desporto foi a que mais constrangimentos sofreu devido à pandemia. Destaca-se, neste ano, a inauguração do Centro Municipal de Águas Abertas e do Centro Municipal de Atividades Subaquáticas, assim como o lançamento estruturado do Plano Municipal de Desenvolvimento da Vela. A Divisão de Desporto acompanhou a fase final de construção do novo Complexo Desportivo Municipal da Supera e incentivou a prática desportiva através das plataformas digitais com o Setúbal Treina em Casa e Vidas que Inspiram Desporto, entre outros.

A Gala do Desporto de Setúbal, a Rampa PêQuêPê da Arrábida, o Triathlon de Setúbal e a Volta a Portugal em Bicicleta foram alguns dos muito eventos que se concretizaram.

O apoio ao movimento associativo desportivo do Concelho, com o reforço de verbas, foi um dos mais importantes aspetos do trabalho desenvolvido.

A área da inclusão social foi de elevada importância em 2020, estando a autarquia na primeira linha do apoio aos cidadãos, integrando os dispositivos de visitas técnicas a estruturas residenciais, visitas domiciliárias para as questões de habitabilidade, acompanhamento de pessoas com COVID 19, acompanhamento de situações de vulnerabilidade, articulação com as juntas de freguesia e as instituições para suporte e fornecimento de bens essenciais.

Destaque para o acompanhamento da candidatura intermunicipal Percursos em Rede para a Inclusão Ativa, que tem como território de intervenção a zona da freguesia da Anunciada.

Na Juventude foi dada continuidade a projetos de aproximação dos jovens à gestão municipal e à cidadania, com formações, apoio ao estudo e debates. Mantiveram-se muitas das atividades previstas, como o Ciclo de Debates, Coletivos com Voz, Escolas com Talento ou o Workshop do Mês, entre outros.

Relativamente às Obras Municipais e Habitação, no cumprimento das ações com Candidatura, continuou-se o desenvolvimento de várias intervenções das quais se destacam:

- Lançamento da empreitada para a 3ª Fase da Recuperação e valorização do Convento de Jesus - Museu de Setúbal; conclusão da requalificação da envolvente a este monumento
- Requalificação de vários estabelecimentos escolares, designadamente com intervenções de substituição de coberturas fibrocimento
- Intervenções ao nível de estacionamento e acessos nas praias de Albarquel e Figueirinha, no âmbito da candidatura Turismo Acessível
- Requalificação da Av. dos Combatentes
- Terminal Interface de Setúbal
- Reperfilamento da Av. Manuela Maria Portela e dos Ciprestes – CICLOPSET
- Regularização da Ribeira da Figueira

No plano da Requalificação Urbana e do espaço e edifícios públicos, prosseguiu-se a intervenção qualificada através de extenso conjunto de obras, de que se destacam:

- Reabilitação do Forte de Albarquel
- Intervenção Rua da Tebaida
- Rotunda Miguel Bombarda (Hospital)
- Infraestruturas e rede viária na Av. Moçambique
- Requalificação do Edifício Novo do Arquivo Municipal (Av. Almirante Reis)
- Requalificação do edifício e coberturas dos Paços do Concelho
- Reabilitação de redes de água e saneamento Aldeia Rica – Azeitão;

Das intervenções priorizadas no Plano Bienal, destacam-se:

- Reabilitação da rede de drenagem e abastecimento de água na Rua da Serração
- Reabilitação das Redes de Água e Drenagem no Largo 5 de Outubro
- Reabilitação da rede de água e saneamento em Aldeia Rica - Vila Nogueira de Azeitão
- Eliminação de Pontos Negros da Rede de Água em Setúbal
- Reabilitação da conduta adutora Brancanes-Carrascal entre o Largo Aquilino Ribeiro e a Rua de Marrocos
- Requalificação do troço central da Rua Camilo Castelo Branco - infraestruturas de água e drenagem

No âmbito da habitação pública municipal verificou-se a visibilidade e reconhecimento do Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade como estratégia de participação urbana.

Prosseguindo-se a estratégia de gestão do parque habitacional municipal, deu-se início ao processo de constituição do Conselho Municipal de Habitação e à elaboração da Estratégia Local de Habitação, para acesso ao programa Primeiro Direito.

Foram realizadas, por administração direta, largas centenas de intervenções de beneficiação e de reparação da rede viária e espaço público, nos equipamentos municipais e em viaturas e máquinas.

Ao nível da manutenção de edifícios municipais destacam-se as seguintes intervenções:

- Parque Municipal de Poçoilos
- Pintura exterior de vários edifícios no Bairro da Bela Vista
- Intervenção no Estúdio no NBNC
- Reabilitação de edifício para instalar a Casa das Imagens
- Pintura exterior da Galeria Banco de Portugal, da Biblioteca Central e da Casa da Cultura.

No plano da requalificação da rede viária e espaço público foi também assegurado por administração direta vasto conjunto de intervenções, sublinhando-se:

- Repavimentação da Rua José Afonso (Troço entre a Rua da Serração)
- Repavimentação da Rua Fernando Santos, Praceta Manuel Envia e troço da Rua Oliveira Martins
- Avenida de Angola
- Rua Dr. José Leite de Vasconcelos e troço da Rua Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro

- *Rua Fernando Lopes Graça e Rua Adriano Correia de Oliveira*
- *Rua 28 de Março (Gâmbia)*
- *Troço da Estrada de Santo Ovídio-Mourisca (Sado)*

Relativamente aos Recursos Humanos, na sequência da transição dos procedimentos concursais do ano de 2019 e dos iniciados em 2020, foram concluídos 76 processos respeitantes a estes procedimentos, distribuídos da seguinte forma:

- *1 interno de acesso geral*
- *32 para cargos dirigentes*
- *21 para procedimentos concursais comuns*
- *8 por mobilidade interna na categoria*
- *3 por acesso limitado*
- *11 para recrutamento de estagiários (PEPAL), dando origem a 66 novas entradas.*

Candidaturas submetidas às Medidas CEI, CEI+ e Emprego Apoiado em Mercado Aberto: foram submetidas e deferidas vinte candidaturas ao IEFP (12 candidaturas à Medida CEI, sete à Medida CEI+ para Pessoas com Deficiência e Incapacidade e uma à Medida Emprego Apoiado em Mercado Aberto), a que correspondem 28 entradas.

No que respeita à medicina do trabalho, no âmbito das consultas médicas, de enfermagem e psicologia clínica, praticaram-se 3.454 atos médicos, dos quais se destacam 244 consultas de psicologia clínica, uma vez que se trata de atividade recentemente iniciada e de grande aceitação.

Foi reforçada a aquisição de diversos equipamentos de proteção individual, bem como se reforçaram outras medidas de segurança contra a COVID-19.

Apesar das contingências que a pandemia motivou na organização de ações de formação profissional, conseguiu-se desenvolver diversas ações de formação contempladas no Plano de Formação (PAF/2020), nas quais participaram 131 trabalhadores em formação interna e 147 trabalhadores em formação externa.

Relativamente ao Urbanismo, apesar de particularmente difícil, o ano de 2020 foi profícuo no resultado do trabalho desenvolvido na área do urbanismo.

Merece destaque a conclusão da proposta municipal relativa ao novo Plano Diretor Municipal. Após o período de concertação com as diversas entidades, deu-se início à discussão pública do documento, no âmbito da qual foram realizadas, nas freguesias do concelho, sessões públicas de apresentação.

Considerando as condições atípicas do ano de 2020, a discussão pública foi alargada para além dos trinta dias úteis legalmente previstos, tendo decorrido entre 3 de março a 5 de agosto, período em foram rececionadas cerca de 150 participações.

Ainda na área do planeamento, foi concluída proposta do Plano de Pormenor da Salmoura, realizou-se a discussão pública e procedeu-se à publicação em Diário da República, estando o plano eficaz desde 18 de dezembro de 2020. A publicação deste plano é fundamental, não só para a definição da estruturação deste território, mas também porque as normas previstas consideram a regularização das construções particulares existentes neste território, bem como a integração de novos investimentos empresariais, nomeadamente a ampliação da fábrica da Coca Cola e dos diversos equipamentos sociais e de indústria ligeira existentes.

A gestão de processos de obras particulares, dentro e fora das Áreas de Reabilitação Urbana, manteve a sua dinâmica, ainda que adaptada e ajustada às condições pandémicas.

Não foi evidente, para já, um decréscimo dos processos de obras particulares.

(Do ponto de vista financeiro, os resultados estão vertidos já no orçamento e o número de processos entrados manteve-se, até com uma ligeira subida. Quer dizer que os nossos trabalhadores, mesmo em casa, trabalharam e muito, porque deram sempre resposta, foram atendendo as pessoas e deram sempre resposta, aos processos que iam entrando).

A tendência dos últimos anos manteve-se. Realizando-se mais de 300 ações de sensibilização juntos dos estabelecimentos comerciais.

(Este ano os resultados estão a ser ligeiramente superiores, também aqui no Urbanismo, em toda a câmara, mas com particular destaque no Urbanismo).

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, efetivamente, o ano de 2020 tinha sido um ano atípico, um ano que tinha afetado a todos e, também, a atividade do Município, na sequência da pandemia de COVID-19. Portanto, todos os constrangimentos sanitários, sociais e económicos que a pandemia tinha acarretado tinham sido sentidos, de uma forma transversal, e tinha havido um impacto significativo no Município e na atividade do Município, e, também, em termos financeiros, um impacto que superava 1 milhão e meio de euros, sendo, sensivelmente, 764 mil de redução estimada da receita e 774 mil em função dos gastos extraordinários, particularmente com a aquisição dos equipamentos de proteção individual e, portanto, ressaltava isso antes da restante análise, o impacto direto, sensivelmente de 1 milhão e meio de euros que a pandemia tinha tido nas contas desse exercício.

Ainda assim, e apesar desse impacto, as receitas correntes tinham tido uma redução que tinha sido pouco significativa, inferior a 300 mil euros. Destacava-se, de entre as receitas correntes, a receita arrecadada com os impostos diretos, que tinha subido 319 mil euros, suportada, acima de tudo, pelo IMI, que, apesar da redução da taxa e da suspensão das majorações nas ARU, ainda assim tinha permitido uma arrecadação de mais 46 mil euros, face ao ano de 2019 e, também, acima de tudo, pelo IMT, que tinha arrecadado mais 1 milhão e 200 mil euros e não 3 milhões e 154 mil euros, como constava no relatório, que tinha sido em 2019 face a 2018.

A verdade era que isso era reconhecido na página 19 do relatório de gestão. No quadriénio entre 2017 e 2020 tinha vindo a crescer o fosso entre as receitas correntes que eram estimadas no momento da apresentação do orçamento e aquelas que eram, depois, efetivamente, cobradas, efetivamente executadas. As receitas correntes, nos orçamentos de 2017 a 2020 tinham crescido 16,2 por cento e as receitas efetivamente cobradas tinham crescido 5,9. Portanto, havia uma diferença que se tinha vindo a agravar, que, no fundo, lhes dizia que o problema da execução - que não era desse ano, era algo que acontecia todos os anos - estava a montante, não estava, propriamente, na execução, estava, efetivamente, na forma como se empolava o orçamento e como se apresentavam valores que, depois, não tinham qualquer ligação com a realidade, como tinha vindo a ser demonstrado e como, reforçava, estava reconhecido na página 19 do relatório de gestão.

A receita total em 2020 tinha acabado por subir 2,7 milhões de euros, mas suportada nas receitas de capital, em particular no aumento dos passivos financeiros. Os empréstimos representavam, já, 12 por cento das receitas do Município, tal como constava, também, do relatório. Tinha sido contratados nesse ano 8 milhões e meio de euros de curto prazo, de gestão de tesouraria, e quase 6 milhões de médio e longo prazo, de utilização de linhas já contratadas. Aí, destacava-se a utilização recorrente dos financiamentos de curto prazo ao longo dos anos. Se olhássemos para esse quadriénio, víamos que essa utilização de curto prazo, essas necessidades de tesouraria, tinham vindo em crescendo ao longo dos anos. Tinha sido 3 milhões em 2017, 6,8 milhões em 2018, 7 milhões e meio em 2019 e 8 milhões e meio em 2020.

Portanto, mais do que aquilo que seria um estrangulamento pontual, originado pela pandemia, que se reconhecia que existia, porque tinha havido uma quebra nas receitas e, também, um aumento das despesas, por via da pandemia - como, havia pouco, tinha tido oportunidade de **reforçar** -, **mas esse aumento recorrente da utilização de empréstimos de curto prazo, parecia refletir, acima de tudo, alguma dificuldade de gestão de tesouraria, que se tinha vindo a agudizar ao longo dos anos.**

No que às despesas dizia respeito, mantinha-se uma tendência de crescimento dos compromissos assumidos, que tinham subido 8,69 por cento esse ano mais 10,6 milhões, mas, desses compromissos assumidos, 39,8 milhões eram compromissos por pagar, o que refletia um crescimento, praticamente, de 30 por cento dos compromissos assumidos e não pagos. Portanto, também os compromissos assumidos para os exercícios futuros tinham aumentado de forma significativa, tendo crescido mais de 13 milhões de euros, ou seja, sensivelmente, 24 por cento face a 2019.

O passivo financeiro tinha vindo a crescer na estrutura das despesas de capital, representava já 50 por cento dessas despesas, o que comparava com 40 por cento em 2017. Eram dados que também constavam do relatório.

No que respeitava aos encargos financeiros, merecia algum destaque e uma nota de preocupação o aumento do valor suportado com juros de mora, que tinha passado de 265 mil euros para quase 700 mil euros, o que era um crescimento de 160 por cento. Isso merecia preocupação, porque, efetivamente, os juros de mora eram cobrados quando os encargos não eram pagos atempadamente. Como tinham visto antes, havendo esse recurso recorrente aos financiamentos de curto prazo, para obviar a dificuldades de tesouraria, gostariam, efetivamente, de ver esclarecido o porquê desse incremento de juros de mora, que era significativo e que era um peso que começava a ser excessivo, naquilo que eram os encargos financeiros do município.

Os indicadores económico-financeiros também tinham registado, de uma forma geral, uma certa degradação no exercício em apreço face ao exercício anterior, particularmente os rácios de liquidez geral, de liquidez reduzida, de autonomia financeira e solvabilidade, que tinham diminuído, e, por outro lado, o rácio de endividamento, que tinha aumentado, o que refletia um maior peso do passivo face ao ativo do Município.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que agradecia à Sra. Presidente as informações que tinha prestado. Efetivamente, aquele era um ano diferente e atípico face aos anteriores e, portanto, naturalmente, as comparações seriam sempre distorcidas, porque eram revestidas de excecionalidade, devido àquela pandemia que tinha afetado todos.

A primeira questão que gostaria de lhe colocar, agradecendo os esclarecimentos que tinha prestado, estava, precisamente, relacionada com a reação que o Município tinha tido, face àquilo que tinha sido a pandemia. Numa primeira linha, se conseguia dizer, de uma forma mais clara, os custos inerentes naquilo que era a operação normal do Município (EPI, teletrabalho, eventualmente), que pudessem ter afetado o Município. Isso, de resto, até tinha sido uma recomendação que tinha sido feita ao nível dos diferentes órgãos da Administração Pública, que se pudesse calcular o impacto naquilo que era o funcionamento normal e ordinário da atividade da Administração Pública e acreditava que a nível local também era aconselhável.

Numa segunda linha, também queria tentar perceber, porque, tanto quanto tinha entendido, ainda existia alguma dispersão no que respeitava àquilo que tinham sido as medidas ativas de apoio aos efeitos, aos impactos, quer sociais e económicos e sanitários da COVID-19, perceber o volume global. Havia municípios que tinham congregado isso num fundo de emergência, a maior parte das medidas. Às vezes, era impossível fazê-las todas e tornava-se um bocado mais claro, mas certo era que - até para terem uma comparação mais justa, face a outros municípios -, esse valor global dentro do orçamento permitia-lhes perceber qual tinha sido a taxa de esforço verdadeiramente aplicada, por parte do Município, para responder, no âmbito económico, social e sanitário da COVID-19, para com os nossos munícipes. Só assim é que conseguiam, numa primeira linha, ser justos, no que dizia respeito à taxa de esforço.

Depois, dentro deste bolo, era evidente que já tinham identificado - isso ficava para discussões anteriores - divergências sobre a forma como deviam ser aplicadas essas medidas. O PSD já tinha apresentado as suas propostas, não era preciso andar a revisitá-las. O Município tinha feito as suas opções, mas certo era que, falando em prestação de contas, era muito importante a informação, para que existisse, até, uma clareza e uma comparação, dizia ele e sublinhava, justa para com aquilo que tinha acontecido em outros municípios.

Queria dar, também, uma nota que era preciso compreender. Ao fim e ao cabo, o Vereador Joel Marques também já tinha entrado nesse tema, mas, no serviço da dívida, causava alguma confusão esse aumento que, essencialmente, ocorria por via de juros de mora. Essa prática dos empréstimos de curto prazo era uma prática que, enfim, era uma opção que podia não ser exercida. Não era favorável à contratação de empréstimos para determinado tipo de investimentos, ponto final. Achava que havia investimentos públicos que deviam ser feitos

sem onerar excessivamente futuras gerações e os empréstimos de curto prazo, na sua ótica, deveriam ser mais concentrados na tesouraria, a curto prazo.

Entrando nesse ponto, da tesouraria e do curto prazo, gostariam de perceber, dentro daquilo que eram os pagamentos aos fornecedores, que medidas ativas é que se tinha tentado ter - ou, então, eventualmente, não se tinha tido nenhuma -, no sentido de procurar a regularização para com os fornecedores da Câmara Municipal, considerando, até, esse tempo de excecionalidade que se tinha vivido, em que as empresas, naturalmente, tinham sofrido com as suas quebras, ou, eventualmente, se não tinha havido nenhuma medida para tentar regularizar as contas com os fornecedores. Referia-se aos prazos de pagamento, não estava a falar da dívida global. Estava a referir-se aos prazos de pagamento, se se tinha procurado diminuir, ou não, ou se se tinha procurado tentar regularizar de forma mais dentro daquilo que era o prazo que estava estabelecido para os diferentes fornecimentos de bens e serviços.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que quem tinha intervindo antes de si já tinha referido que tinha sido um ano de excecionalidade e, naturalmente, era justo e era sensato fazerem a análise daquelas contas nessa perspetiva. E, nesse âmbito, queria destacar a importância que o enquadramento macroeconómico tinha nesse quadro, quando analisavam as contas do Município.

Antes de ir aí – a senhora Presidente, havia pouco, já tinha feito essa referência –, era muito justo e era adequado felicitar o trabalho que tinha sido feito pelos serviços, pelos responsáveis dos serviços, pelos vários trabalhadores do Município que tinham estado envolvidos na elaboração daquele relatório de prestação de contas, porque estavam bem recordados do que era no passado, do que eram aqueles documentos e a legibilidade que eles tinham, mesmo que, por serem os documentos que eram, terem uma linguagem e uma compreensão, por vezes, difícil. Do ponto de vista do trabalho que tinha sido desenvolvido, achava que era muito de valorizar.

Retomava às questões do enquadramento macroeconómico, porque pensava que, quando estavam a analisar o que tinha sido o trabalho desenvolvido em 2020, não apenas as contas, naturalmente, o trabalho de 2020 tinha um reflexo do trabalho e das opções que o executivo que estava responsável pela gestão do Município, pelo governo do município, tinha vindo a assumir.

Quando víamos as quebras na produção no rendimento nacional, quando víamos as quebras na procura interna e na procura externa e verificavam que um conjunto de dados que eram apresentados no desempenho da atividade do Município, pensava que valia a pena tentarem ir mais fundo e perceber porque é que não sentíamos uma quebra acentuada de execução da despesa, a manutenção do nível de execução, um nível de execução que já era superior ao de quatro anos atrás, víamos a manutenção de níveis de investimento significativos e, quando olhávamos para o desempenho e para a situação do contexto social do nosso concelho, compreendendo e tendo a consciência e a noção de todas as complicações e os contextos muito complexos em que vivíamos, por exemplo, com o crescimento do desemprego.

Valia a pena termos noção que o crescimento do desemprego no concelho de Setúbal era cerca de metade do crescimento do desemprego dos concelhos do arco ribeirinho do Tejo, ou seja, do norte da península de Setúbal. Isso tinha a ver com a estrutura económica do concelho e tinha a ver com aquilo que tinham sido oram as opções e o modelo de desenvolvimento que o Município tinha assumido e que tinha permitido manter um conjunto diversificado de atividade económica e, nomeadamente, ao contrário do que alguns andavam por aí a dizer, de grande investimento de grandes unidades económicas no nosso concelho, que, nos últimos 12, 16, 20 anos se tinham mantido e acentuado alguns deles e que mantinham uma estrutura de emprego muito importante.

Valia a pena olharmos para aquilo que eram os dados, por exemplo, da mobilidade nos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa ou da península de Setúbal e comparar o que eram os movimentos que iam para fora do concelho, no concelho de Setúbal e nos restantes concelhos da península de Setúbal. Valia a pena olhar para essas coisas.

4

Achava que era importante que, se em termos relativos, mantínhamos um nível de execução da receita e da despesa, em termos absolutos aumentávamos a execução da receita e da despesa, para níveis que nunca tinha havido, que nunca se tinham verificado no concelho.

Claro que poderiam dizer e deveriam dizer que havia impactos da crise que vivíamos que ainda não estavam presentes nessas contas, porque a receita fiscal tinha uma “*décalage*”, como sabiam, mas, de qualquer forma, significava o ritmo e o processo que se desenvolvia no nosso concelho. Naturalmente que, no plano das GOP, tanto ao nível dos projetos como ao nível da atividade, que era a forma que achava mais interessante de olhar para os efeitos do contexto em que vivíamos, num ano em que se perspetivava um conjunto de atividade tinha havido quebras. Naturalmente que tinha havido quebras e não teria podido ser de outra forma.

Ainda assim, nesse contexto, tinham verificado que em 2020 tinham reduzido o valor e o prazo dos pagamentos em atraso, de forma significativa. E, se comparassem com 2017, verificavam que a redução ainda tinha sido mais significativa, quando os prazos em que estavam naquele momento estavam em torno dos 90 dias quando, não havia muito tempo, estavam em cerca de 120 dias. Isso era significativo e significava o reconhecimento de que o Município tinha ido além das medidas que estavam previstas na lei sobre a redução dos prazos de pagamento e sobre a redução do valor dos pagamentos em atraso, em que estava obrigado a uma redução em 10 por cento e tinha feito uma redução de 15 por cento, cerca de 15 por cento. Isso é que era significativo.

Era significativo, por exemplo, que se comparassem com 2017, as transferências para as freguesias tinham aumentado 27 por cento, ou seja, a atividade, o trabalho, o investimento que vinha sendo feito no Município não tinha parado e tinha sido de uma forma profundamente democrática, profundamente transparente, que era aproximar essa execução dessa despesa também das freguesias.

Num contexto como aquele em que estávamos, a ter despesas de capital que eram 29 por cento da estrutura de despesas do concelho e 14,2 por cento de investimento concreto, despesas de investimento, do total da estrutura de despesas do Município pensava que era significativo, porque estávamos em fim de ciclo do quadro financeiro plurianual do quadro comunitário, como se costumava dizer, em que, ao contrário dos outros municípios, o concelho de Setúbal tinha executado, era campeão na execução daquilo que tinham sido as candidaturas, daquilo que tinham sido os projetos, daquilo que tinham sido as verbas que tinham estado disponíveis para os municípios e, até, tinha ido além daquilo que estava inicialmente previsto. Não tinha sido por acaso que, durante o ano de 2020, o Município tinha tido acesso, ainda, a algumas verbas que já não estavam previstas.

Pensava que, se comparassem com outros tempos, o nível de execução, mesmo das despesas capital, era muito significativo e isso não podia ser retirado.

Tinha sido colocada uma questão dos juros de mora. Porquê esse valor? Se aquele era um ano excepcional e, depois, comparavam os juros de mora, por exemplo, de 2020 com os 2019, quando, até, disponibilizavam os valores desde 2017... Relativamente a 2019, de facto, tinham subido e tinha uma explicação concreta, que era o facto de se ter renegociado um conjunto de dívidas de longo prazo que o Município tinha e que, naturalmente, obrigavam ao pagamento de juros de mora, porque eram dívidas que estavam atrasadas. A redução do prazo e do valor dos pagamentos em atraso tinham obrigado, naturalmente, a que esses compromissos fossem cumpridos, porque, se não, continuariam em dívida, não se reduzia a dívida. Portanto, tinha explicações óbvias e concretas, mas tinham conseguido fazer uma redução significativa dos pagamentos em atraso e não tinham chegado aos valores dos juros de mora de outros anos.

Tinha havido uma outra referência que, por vezes, não conseguia perceber e acompanhar. A gestão de tesouraria obrigava a que se utilizassem os instrumentos que estavam disponíveis. A gestão de tesouraria obrigava a que se utilizassem os instrumentos que permitissem o desenvolvimento da atividade com o mínimo de custos para o Município. E, se o Município tinha, naquele momento, condições, face à sua situação financeira, de financiamento de curto prazo que havia 4, 6 ou 10 anos não tinha, o instrumento do endividamento de curto prazo,

que, no final do ano, tinha que estar liquidado, era um instrumento interessante de financiamento daquilo que era a tesouraria e de uma tesouraria que, naturalmente, tinha uma pressão grande, que era a gestão e a forma como eram financiados os projetos e as candidaturas comunitárias, que obrigavam a endividamento de curto prazo. Naturalmente, naquele momento, o Município tinha a possibilidade de utilizar, dos vários instrumentos financeiros – isso sim, era boa gestão – que estavam ao seu alcance, para poder desenvolver a sua atividade.

Portanto, para não se alongar demasiado, pensava que esse ano de 2020 refletia, num contexto de pandemia, num contexto em que, desde março, praticamente, a atividade tinha caído de forma extraordinária, em que, como a senhora Presidente tinha referido na sua intervenção, os diferentes serviços da Câmara tinham sabido reinventar-se, tinham sabido manter a sua atividade, tinham sabido, ao contrário de outros serviços públicos, manter o contacto com a população, manter a prestação daquilo que era a sua atividade, tinham conseguido manter níveis importantíssimos de investimento, tinham conseguido manter níveis importantíssimos de atividade e, em simultâneo, tinham mantido aquela trajetória que tinham vindo a assumir, de consolidação do reequilíbrio financeiro do Município, que era extraordinário, porque, o que, normalmente, verificavam era que, para se reequilibrarem financeiramente, os municípios, por norma, o que faziam era travar toda a atividade, travar todo o investimento e isso, em Setúbal, não se tinha verificado.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, rapidamente, interessava era só acrescentar alguns elementos. A primeira questão que queria colocar era que, ao longo da última década, tínhamos tido sempre uma visão catastrófica da oposição em relação às contas da Câmara e em cada ano se anunciava que no ano seguinte ia ser pior. Azar dos azares, cada ano seguinte era sempre melhor e a saúde financeira da Câmara tinha vindo a melhorar drasticamente. Achava que isso estava refletido nas contas, naturalmente. Era uma surpresa para muita gente, mas era o resultado da boa gestão que aquele executivo tinha vindo a desenvolver, deixando, enfim, todas essas ideias catastróficas completamente derrotadas ao longo do tempo.

Durante muitos anos, a grande batalha tinha sido o atraso no pagamento aos fornecedores. Achava que era obrigatório reconhecer que tinha havido uma melhoria fantástica nessa matéria e que estavam perto de eliminar pagamentos em atraso. Tinham-no feito numa altura muito difícil.

A informação que vinha sobre o impacto do COVID-19 era a informação possível de refletir naquela prestação de contas, não era a informação do impacto real. Podia dizer, por exemplo, que quando tinham os trabalhadores em espelho, a trabalhar não em conjunto, mas a produzir separadamente e com horários reduzidos, a produção era menor. Quando tinham trabalhadores que estavam de reserva, porque era obrigatório ficarem em casa, mas não tinham condições para fazer teletrabalho, tinham sido milhares e milhares de horas não produzidas. Mas tinha sido necessário fazer isso para proteger os trabalhadores e isso tinha sido feito. Isso não estava quantificado em custos do COVID-19, como também não estava quantificado em custos do COVID-19 os milhares de horas trabalhadas por centenas de trabalhadores da Câmara à volta da matéria COVID-19, no apoio à saúde, como não estavam contabilizados o gasóleo e a gasolina, etc. Estavam só, como tinha sido dito, **as aquisições de serviços diretas.**

Iriam ter, seguramente, uma informação mais detalhada e tinham que a fazer, do envolvimento de todos os serviços, desde os operacionais aos técnicos, à comunicação, etc, as horas trabalhadas no combate ao COVID-19. Teriam vários milhões de euros, não teriam um milhão e meio. Teriam vários milhões de euros a ter em conta. Portanto, era fundamental deixar essa nota, porque o que estava refletido na prestação de contas era o que era possível refletir de imediato, diretamente, em tempo útil, visto que não tinha sido possível fazer esse apuramento com todo o pormenor. Era uma nota que queria deixar.

Uma outra questão que queria, também, deixar claro era que os anos 2020 e 2021 prometiam ser anos de grande envolvimento e de grande investimento municipal e de grande ativismo

municipal e tinham sido, apesar de tudo, anos de importante atividade municipal. Mas era evidente, toda a gente sabia, que a pandemia tinha cortado a possibilidade de fazer milhares de atividades - não estava a falar de 1 ou 2 ou 3 - e tinha limitado a atividade municipal. Portanto, havia uma expectativa muito grande em relação a esses anos de 2020 e, também, 2021 - já aí estava -, mas tinha havido limitações que não tinham permitido que fossem tão longe quanto seria necessário.

Também queria colocar uma questão que tinha a ver com os empréstimos. Havia sempre o problema dos empréstimos, etc. Achava que era simples fazer essa conta. Era possível fazer um empréstimo a juro irrisório do que pagar juros de mora. Se tivesse um empréstimo que permitisse pagar rapidamente, pagava rapidamente, não pagava juros de mora. Portanto, poupava um dinheirão, poupava milhões. Portanto, não sabia qual era o problema, desde que esse endividamento fosse feito de acordo com a capacidade real de endividamento do Município e com sustentabilidade em termos municipais. Era o que tinham feito. Em alguns empréstimos que tinham obtido tinha possível pagar na hora aos fornecedores. Estavam as obras a decorrer e eles a receber na hora, fatura entrada fatura paga. Isso não teria sido possível se não tivessem o empréstimo. Isso tinha permitido resolver problemas sérios dos próprios fornecedores.

Um outro aspeto que era bom ter em conta - e já tinha sido tocado, ligeiramente, pelo Vereador Ricardo - era a questão das freguesias, dos serviços e do seu trabalho. Garantiam integralmente, com toda a qualidade, os serviços básicos do Município, da recolha do lixo, da varredura, de toda a intervenção ambiental. A Vereadora Carla podia falar sobre isso com mais propriedade, mas tinham melhorado, de uma forma absolutamente inigualável, a questão do bem-estar animal. Tinham mantido a funcionar, permanentemente, cerca de 200 empreitadas, garantindo emprego, garantindo atividade económica, garantindo movimento financeiro. As obras estavam aí, na rua, era só olhar. Nunca tinham parado. Só tinham tido uma pequena paragem de 15 dias na ABB, que tinha tido um subempreiteiro que tinha tido um pequeno surto de COVID-19 e, depois, a vida tinha continuado e continuava. Isso não era atividade económica? Isso era garantir emprego às pessoas.

Não tinha sido por acaso que, como tinha dito o Vereador Ricardo, o desemprego em Setúbal, município, tinha sido muito mais reduzido - aliás, em linha com o que vinha acontecendo na última década - do que o desemprego na zona envolvente e, até, no país. Isso era um sucesso importante do nosso Município e da nossa comunidade municipal, dos nossos empresários, dos nossos trabalhadores. As nossas empresas da Mitrena tinham-se recusado a fechar. Tinham encontrado soluções para garantir o funcionamento permanente das empresas, com as múltiplas soluções que cada uma tinha encontrado para garantir a produção e tinham mantido a produção, não tinham fechado.

Um outro aspeto que achava muito importante tinha que ver, ainda, com o apoio às famílias, etc, que não era COVID-19, estritamente, mas tinha tido um impacto grande nesse período, tinha sido o período da sua aplicação máxima, tinha sido o Passe Navegante, que exigia à Câmara um esforço financeiro grande, que era de 2020, em termos de impacto mais direto, e 2021. Era um esforço tremendo de apoio às famílias, talvez o maior apoio às famílias na história recente, pelo menos da região metropolitana de Lisboa e de Setúbal, do nosso Município.

No meio daquela pandemia, daquela complicação toda, dessas dificuldades todas, dessas inseguranças todas, desses medos todos, dessa ansiedade que se tinha gerado na comunidade, Setúbal tinha dado um exemplo de serenidade, tinha dado um exemplo de manutenção da atividade, tinha dado um exemplo de investimento e tinha dado um exemplo de vida económica saudável. Era o que estava repercutido naquela prestação de contas.

Seria muito estranho não reconhecer, nesse esforço tremendo, nesse período tremendo, que, apesar de tudo, não só não tínhamos agravado a nossa vida financeira como a tínhamos melhorado significativamente, utilizando os instrumentos financeiros e de gestão financeira que estavam ao alcance de qualquer município e que utilizávamos.

Queria dar os parabéns a quem tinha trabalhado naquela prestação de contas e a quem tinha gerido a área financeira, que tinha permitido terem essa resposta naquele momento.

Em conclusão, queria só dizer que estava de acordo, completamente, com a intervenção inicial da senhora Presidente e com a intervenção do seu camarada Ricardo. Acreditava que tinham ali uma base muito boa para projetar o ano de 2021, a continuação de uma saudável vida financeira e projetar os anos futuros.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, em primeiro lugar, queria dar os parabéns a toda a equipa, na pessoa do Dr. Paulo Hortênsio e da Dra. Sílvia Barbeiro, porque aquilo até fazia com que um arquiteto, num fim de semana, conseguisse ler e perceber alguma coisa dos números apresentados. Tinha havido, efetivamente, uma evolução tremenda, para aquilo a que estavam mais habituados numa empresa. Tornava muito mais fácil o trabalho deles. Portanto, queria dar os parabéns a toda a equipa e percebia o atraso que tinha havido para só naquele dia estarem ali, no último dia, mas era compreensível.

Em segundo lugar, queria dizer que concordava inteiramente com a intervenção do seu camarada Joel Marques, em todos os seus aspetos, e queria reforçar dois ou três pontos. Primeiro, os vereadores do Partido Socialista tinham feito uma análise crítica sobre aquele documento, tendo em vista, efetivamente, o ano de pandemia que se tinha vivido. Seria um absurdo fazerem essa análise e não pensarem que toda a economia tinha estado parada, que tinha havido investimentos que não tinham podido ser realizados, que tinha havido receita que não tinha podido ser cobrada, que tinha havido despesa extraordinária. Tinham tido essa análise e esse cuidado e, portanto, reconheciam que, fosse aquela câmara ou fosse qualquer outra câmara, tinha tido essa dificuldade no ano de 2020.

No entanto, a intervenção do Vereador Carlos Rabaçal tinha-o feito querer intervir, porque, efetivamente, os resultados de 2020 não tinham sido melhores, tinham sido piores. Na análise deles, os resultados, ao contrário do que tinha sido dito, tinham sido piores. Se viam que tinha havido uma melhoria dos pagamentos em atraso, que tinha descido, efetivamente, o valor, também era verdade que o passivo financeiro tinha subido e não tinha sido uma coisa ou outra, como senhor vereador tinha tentado dizer, tinham sido os dois. No mesmo ano, tinham subido os juros de mora e tinha subido o passivo financeiro. Portanto, não tinha sido uma coisa ou outra, quando desciam uma tinham que aumentar a outra. Nesse ano tinham subido os dois. E isso era algo que eles queriam...

Por exemplo, os empréstimos - o quadro estava muito bem feito, para terem uma análise do quadriénio -, quando viam a receita por grandes agregados e viam os empréstimos que existiam em 2017, que eram 6,6 milhões de euros (Página 24), os empréstimos tinham passado de 6,6 milhões de euros em 2017 para 14,4 milhões, em quatro. Tinha havido um aumento significativo dos empréstimos. Para quê? Muitos deles para pagar dentro do prazo médio de pagamento. Portanto, não tinha havido nenhum milagre de gestão. Tinha existido, de alguma forma, o aproveitar os vários instrumentos que existiam. Mas era óbvio que, se tinha baixado num lado, tinha subido no outro, porque a matemática tinha dessas coisas e a contabilidade ainda tinha piores. Portanto, era complicado.

Também queria dizer, para terminar, que, no próprio relatório, viam, no quadro dos indicadores económico-financeiros, que a liquidez geral, em termos de rácio, entre 2019 e 2020, tinha baixado, o que era mau, e, quando viam o endividamento entre o passivo/ativo, tinha subido, o que era mau, tinha passado de 2,7 para 3,7. Havia alguns dias, também tinha visto uma entrevista da senhora Presidente da Câmara Municipal, dizendo que a Câmara Municipal tinha um ativo com um valor bastante elevado, mas, no rácio, em termos de rácio, tinha aumentado o ativo, mas, como tinha aumentado muito mais o passivo, o rácio tinha piorado. Tinha sido a interpretação que tinha feito desse quadro, sem mais nenhuma explicação, porque o quadro aparecia dessa forma.

Portanto, em termos de indicadores, não lhes parecia que esse fosse um bom, fosse melhor do que no ano anterior, pelo contrário. Só para contrariar a intervenção do senhor Vereador Carlos Rabaçal, que tinha achado que esse ano tinha sido melhor, achava que não, achava que os dados indicavam que não tinha sido. Algumas razões eram muito objetivas, como a pandemia, outras, enfim, tinham a ver, seguramente, com opções políticas.

Sr. Vice-Presidente – Disse que estavam a fazer um debate relativamente sereno sobre aquela prestação de contas, o que era, só por si, um sinal bastante positivo. Bastante positivo, porque era um sinal de um debate feito sobre contas que tinham sido de um exercício em circunstâncias absolutamente negativas. Tinha conseguido estar a debater isso. Negativas em todos os aspetos, num aspeto real, que tinha a questão de ter sido o ano da pandemia e os efeitos da pandemia, quer para as contas dos municípios, quer para as contas do Estado, se calhar, não era naquele ano, em relação às contas de 2020, que se iam perceber na sua totalidade, seria no ano seguinte que iriam perceber toda a sua dimensão. Mas, de qualquer forma, tinha sido situação real, social, sanitária e económica muito negativa e o que é que se verificava? Que não tinha havido balanços extraordinários no percurso deles, na sua atividade e na gestão financeira dessa atividade.

Outro fator que - não queria chamar-lhe negativo - tinha sido um fator de turbulência, tinha sido a passagem definitiva, tinha sido o primeiro orçamento - se não estava em erro - que tinha sido totalmente apresentado segundo o novo SNC-AP, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. Daí que já se tivessem visto alguns benefícios ali reconhecidos. Até um arquiteto, como qualquer cidadão normal ou qualquer básico cidadão, como ele, tinha tido a oportunidade, no fim de semana, de olhar para aqueles documentos e perceber alguma coisa. Tinha percebido, nomeadamente, que não tinha havido grande balanço na trajetória de recuperação. Por exemplo, uma significa recuperação do prazo médio de pagamento, que tinha melhorado, uma recuperação do endividamento total. Por exemplo, no período dos últimos quatro anos do corrente mandato, tinham aumentado cerca de 50 por cento os pagamentos de empréstimos. Em 2017 estavam com 8 milhões e tal e tinham chegado a 2020 e tinham pago 13 milhões e meio de endividamento. Tinha feito essa grande redução, essa grande amortização nos empréstimos. No final, estavam amortizados.

Não tinha havido balanço. O que é que tinham ali? Tinha uma prestação de contas da resiliência. Não precisavam de esperar pela resiliência da bazuca. Aquele era o orçamento municipal deles, de resiliência, que demonstrava a resiliência económica e financeira e das atividades do Município de Setúbal, sem bazuca, que ainda não tinha chegado cá. Pelos vistos, era capaz de ter pólvora seca. Não sabia se a bazuca tinha pólvora seca, ou não, aquilo não era acionado por pólvora, já não se usava, mas a bazuca nunca mais aparecia. Não sabia se aquilo chegava cá, ao terreno.

Se, em 2020, tinham conseguido apresentar aquelas e aqueles resultados, sem nenhuma turbulência significativa na trajetória deles de recuperação financeira, sentiam-se muito folgados em relação àquilo que ia acontecer dali para a frente, porque, dali para a frente, havia de haver algum auxílio, algum apoio, que era o tal esperado, que o país esperava da bazuca europeia.

Portanto, acreditavam que tinham cumprido bem a missão de chegar ao ano de mandato, daquele mandato, com umas contas que estavam em condições de dar continuidade à atividade e à gestão financeira do Município sem nenhum sobressalto. Isso parecia-lhe que era a nota mais saliente da análise que podiam fazer daquela prestação de contas. Julgava que, até tão objetivamente como estavam ali a dizer, até mereceria o apoio unânime de todos os parceiros da Câmara, mas, enfim, já eram coisas a que talvez a vida prática não lhes permitia assistir, mas gostava de, um dia, assistir a isso. Talvez naquele dia, quem sabe?

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que só queria retomar algumas questões, mas ia explicar porque é que as estava a colocar, porque achava relevantes. Naturalmente, com o SNC-AP havia muitas questões que ficavam respondidas, mas, quando perguntava se tinha havido, ou não, um programa, ou seja, algum critério estabelecido para pagar a fornecedores, era evidente, porque, enfim, se, de repente, tivesse que pagar, por via da pandemia, a muitos fornecedores, a pronto pagamento, isso iria fazer descer o prazo médio de pagamento, ou talvez não.

Se calhar, tinha havido um critério e tinha procurado reduzir a dívida. Isso, se calhar, até tinha sido foi um bom critério, porque tinha procurado reduzir a dívida com fornecedores mais

pequenos. Podia acontecer. Tinha havido muitos municípios que tinham feito isso. Até era relevante, porque isso, até a nível de esforço de tesouraria, podia ser uma ferramenta que o Município tinha decidido utilizar, ou não, ao nível daquilo que eram os impactos negativos da COVID-19. Daí, perguntar se tinha sido utilizado ou não, porque o prazo médio de pagamento, tendo sido um ano de exceção, podia não representar tudo. Podia ter havido, à mesma, muitas empresas que, se calhar, tinham precisado do dinheiro e não tinham recebido. Se calhar, o Município não tinha aplicado essa ferramenta. Estava no seu direito, mas achava que devia ter aplicado. Era uma constatação que perguntava.

A outra questão, muito importante, era porque tinha saído um relatório – achava que toda a gente tinha visto isso – do Tribunal de Contas, no início do ano de 2020, que falava dos municípios que mais tinham gasto, ao abrigo de certos procedimentos do seu orçamento, com a COVID-19. Setúbal não estava entre os municípios que mais tinham gasto e até tinha referido, ali, que uma forma clara, que isso até podia ser injusto, porque, se calhar, não tinham classificado da mesma maneira. Se o Tribunal de Contas fazia uma classificação, então íamos fazer uma coisa simples, que era perceber qual era o volume global, dentro do orçamento, para perceber a taxa de esforço do Município de Setúbal e acharmos se era razoável, ou não.

Era uma pergunta muito clara, porque, senão, caso contrário, a ideia que ficava era que tinha sido forreta a gastar com a COVID-19. Que o desculpassem, mas era mesmo assim. Portanto, tinham que saber, se a classificação não tinha sido feita dessa forma no nosso orçamento, como é que tinha sido e quanto é que tinha contabilizado, ou não.

Sem deixar de referir algo relevante a nível do financiamento, deviam ser claros, com ou sem reestruturação, o serviço da dívida iria aumentar. Agora, iria aumentar porque tinha havido COVID-19 ou iria aumentar porque tínhamos decidido pagar a fornecedores? Se lhe respondessem a essas perguntas conseguiria perceber a última, porque, em termos práticos, o serviço de dívida tinha aumentado, com ou sem reestruturação. Mas, enfim, as razões que tinham levado a aumentar, se calhar, podiam responder-lhe esclarecendo essas duas questões.

Sra. Presidente – Disse que, relativamente às questões colocadas, queria começar por referir que com a introdução do novo normativo contabilístico existiam novas nomenclaturas e classificações. Que o SNC-AP, designação desse novo modelo contabilístico, introduziu conceitos de Corrente e Não Corrente para designar aquilo que no POCAL se definia por Curto Prazo e Médio e Longo Prazo. Anteriormente, dizia-se que a dívida era de curto prazo ou de médio e longo prazo, quer fornecedores quer bancos. Portanto, relativamente à dívida a fornecedores: de curto prazo, estavam a falar de 13 milhões e 92 mil euros e de médio e longo prazo eram 2 milhões e 776 mil euros. Relativamente aos bancos, de curto prazo eram, 5 milhões e 250 mil euros e, a médio e longo prazo, eram 25 milhões e 384 mil euros. Neste último valor destacou, o Contrato de Reequilíbrio Financeiro e novos empréstimos que tinham transitado para os tais pagamentos de investimentos, que eram as obras de candidaturas, tinham passado a 10 anos. Portanto, entre o Contrato de Reequilíbrio Financeiro e as obras de médio e longo prazo, estavam os 25 milhões e 300 mil euros. Queria lembrar que, no Contrato de Reequilíbrio Financeiro - pedia desculpa, não está ainda a positivo -, para eles e para si, era um orgulho imenso sair daquela casa com uma situação financeira daquelas. Ainda não estava resolvida, mas era um orgulho imenso. Tinha chegado cá com uma Câmara falida. Do ponto de vista do médio e longo prazo tinham já pago mais de 100 milhões de euros, que estavam vertidos nos documentos. Portanto, deviam 25 milhões e 300 mil euros e deixavam a obra que deixavam, que está na rua, para toda a gente ver, de escolas, de saneamento, de rede viária, de equipamentos e de tudo. As pessoas, ali, podiam trabalhar com algumas condições, com algum conforto.

Por acaso, a propósito do trabalho e dos equipamentos, tínhamos tido a visita de um dos candidatos, o candidato do PSD, o Dr. Fernando Negrão, e ele, entre os equipamentos todos que tinha visto, um dos que mais o tinha impressionado tinha sido Poçoilos, tinha dito ele, para quem tinha querido ouvir. Poçoilos era, de facto, o Tarrafal. Quem não se lembrava do

que era Poçoilos, a falta de condições de trabalho. A degradação que lá havia era gritante e, sair dali e ouvir serem reconhecidas por todos os trabalhadores as condições, especialmente nesse setor operativo, que era o mais difícil, ter condições de balneários, de vestiários, de refeitório, a cozinha do refeitório, as instalações operacionais todas requalificadas. Algumas ainda precisavam de alguns retoques, mas, face àquilo que era...

Aquilo era tudo terra batida, um edifício todo em ruínas, à entrada, que era uma espécie de um silo, que estava todo em ruínas. Tinham fotografias disso. O que aquilo, naquele momento, era, não havia dinheiro que pagasse. Tinham não-sei-quantos edifícios em que as pessoas se dividiam, e, naquele momento, tinham o Edifício Ciprestes, o Edifício Sado e o edifício dos Paços do Concelho, que eram os maiores, eram os sítios onde estavam concentradas as pessoas, tudo com condições de trabalho, não havia dinheiro que pagasse. Não havia contas que refletissem isso, não havia dinheiro que pagasse. As escolas, os pré-escolares, o que tinham dado para que as IPSS tivessem podido ir ao PARES, que era um processo de candidatura, quer para os centros de dia quer para pré-escolares, para berçários e não-sei-quê. Tinham dado equipamentos, tinham dado terrenos para que as pessoas tivessem podido fazer isso. Não havia dinheiro que pagasse.

Deixavam agora de fornecedores a curto prazo, 13 milhões e 92 mil euros, ou seja, estavam a falar de 5 milhões e tal de contos. Gostava de fazer esse paralelismo, porque o que tinham encontrado tinha sido catastrófico, como era do conhecimento, não era da cidade, era do conhecimento nacional da situação em que estava a Câmara. Em relação aos bancos, naquele momento, de curto prazo, tinham 5 milhões e 250 mil euros, o que queria dizer que eram os empréstimos que tinham que ser pagos até final do ano, que se pediam, às vezes, por uma questão de tesouraria, também para ajudar os nossos fornecedores.

Quando o Vereador Joel disse - e bem - que tinha aumentado muito a questão dos juros de mora, tinha sido, exatamente, por isso. Tinham feito uma série de Acordos e, com esses Acordos, as pessoas podiam ceder aos Bancos essas dívidas homologadas e imediatamente lhes era pago, o que constituía um forte alento para a sua vida comercial, para a sua subsistência. Era claro que esses Acordos subentendem uma taxa de juro, mas dívida fica resolvida no curto prazo. Portanto, tinham que assumir o pagamento desses juros de mora às pessoas. Por isso, tinha aumentado muito mais, tinham disparado os juros de mora, no sentido de ajudarem os fornecedores, para que, rapidamente, tivessem os seus pagamentos. Depois, queria dizer que os pagamentos em atraso, naquele momento, ou seja, eram aqueles que tinham mais de 90 dias após o vencimento da fatura. De acordo com a lei, estaria em ordem até aos 90 dias. Mais de 90 dias, a Autarquia possuía 3 milhões de euros de pagamentos em atraso. O que era esse valor antigamente? Naquele momento, a Câmara era gerível. Iriam ter os pagamentos em ordem - o que queria dizer dentro dos 90 dias - até final do ano. Estavam nesta data calculados cerca de 3 milhões mas, até dezembro, iriam estar dentro dos 90 dias de pagamentos, ou seja, em ordem. A DGAL tinha-os informado que tinham 114 dias de prazo médio de pagamentos, com referência a dezembro de 2019. Naquele momento, tinham consciência de que tinham menos dias no que diz respeito aos pagamentos em atraso, mas não tinham exatamente o número de dias. Disse que não correria muito risco se afirmasse que esse prazo deve estar a chegar aos 100 dias, mas que até ao final do ano, estava previsto estarem dentro dos 90 dias.

Relativamente ao referido pelo Tribunal de Contas no que diz respeito às dívidas do COVID-19, tinha sido efetuada uma avaliação muito por alto dos dados das autarquias, relativamente àquilo que cada autarquia tinha gasto em termos de pandemia, mas, como teria havido reparos de quase todas as autarquias, que se tinham sentido injustiçadas com os valores apontados nesse estudo, nomeadamente a nossa, tinham pedido, recentemente, dados mais concretos, para poderem fazer uma análise e fazer a publicação até ao dia 11 de junho e eles estavam a fazer o levantamento disso. De qualquer modo, tinham essa informação para dar, porque os serviços de proteção civil tinham feito um resumo da resposta ao COVID-19 no concelho, as ações que tínhamos feito e o que tínhamos gasto. Tinham sido gastos, até àquele momento, cerca de 5 milhões e 500 mil euros, entre aquilo que tínhamos deixado de receber e aquilo que tínhamos investido para apoio, entre as isenções e as coisas em que

tinham investido. Iria dar essa Informação a cada um dos senhores vereadores. Estavam as ações todas, se calhar não de uma forma muito exaustiva, mas pensava que estavam as ações e o que tinham gasto em cada área, para poderem ficar com essa informação. Ainda faltavam coisas, mas aquilo não era fechado, porque também ainda não tinha acabado. Faltavam as obras que estavam a fazer, quer nos centros de vacinação, quer no de Setúbal, quer no centro de vacinação de Azeitão. Estavam sempre a acontecer despesas, sempre. Enquanto não acabasse a pandemia, era claro que não acabava esse fluxo financeiro. Do Governo, estava prometida uma verba de apoio, mas, até àquele momento, só tinham tido inquéritos para preencher, porque o dinheiro ainda não tinha chegado cá.

Tinham um grande orgulho. O que gostariam, naquele momento, de dizer ali era que estava tudo pago. Infelizmente, não estava, mas tinha sido preciso fazer muita obra para que o Município fosse um município atrativo, fosse um Município com emprego, porque, quando o município era atrativo havia emprego, havia restaurantes, havia alojamentos locais, havia fábricas a funcionar, havia uma data de coisas que não paravam. Portanto, quem não percebia isso ou não sabia, de todo, o que estava a dizer ou não queria ver, propositadamente.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que era só uma pergunta, se a questão que tinha sido referida, dos fornecedores, dos fornecedores dos juros de mora, tinha sido uma operação tipo “confirming” ou “factoring”. Tinha sido isso?

Sra. Presidente – Disse que eles que quando eles utilizavam instrumentos financeiros tipo “confirming”, ou outros, haviam sempre custos financeiros associados (juros de mora comerciais).

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que queria só esclarecer uma coisa, em relação ao crescimento de empréstimos e ao crescimento dos juros de mora. Achava que era inevitável. Tinha havido uma fase de transição e charneira, onde tínhamos muitos juros de mora a pagar e tínhamos pedido um empréstimo que estávamos a pagar. Portanto, tinham subido as duas coisas. Haveria de haver uma altura em que passariam a pagar regularmente, deixaria de haver juros de mora e os juros de mora baixariam. Portanto, essa fase de grande pagamento tinha levado, também, a um grande crescimento de pagamento de juros de mora. Por isso, tinham subido os dois, tinha sido inevitável, a não ser que as pessoas lhes perdoassem os juros de mora, mas não tinha sido o caso. Havia uma fase em que se pagava menos e os juros de mora saíam mais caros do que o empréstimo. Portanto, era um ato de gestão inteligente pedir um empréstimo para pagar os juros de mora atuais e, depois, mais tarde, evitar juros de mora. Era o que estavam a fazer.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 votos contra, 3 do PS e 1 do PSD.

10. Deliberação n.º 139/2021 – Proposta n.º 09/2021 – DCIRT/DITUR – Época Balnear 2021 – Programa Arrábida sem Carros e em Segurança 2021

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 23.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que durante 4 anos já tinham discutido intensamente aquele programa o “Arrábida sem Carros”, que tinha como objetivo máximo a aplicação de medidas mais restritivas na circulação automóvel. No entanto entendiam que durante aqueles 4 anos, a solução que deveria ter sido utilizada no limite, tinha-se cristalizado e, tinha-se tornado na solução definitiva. Há cerca de 1 ano atrás, na altura da discussão daquele

projeto, o Partido Socialista tinha apresentado várias medidas para melhorar aquilo com que não concordavam no documento. No entanto, manteve-se a proibição do trânsito, com a implementação das cancelas, assim como a proibição do acesso à praia de Albarquel. Os preços praticados, naquela proposta, também se tinham mantido ou tinham sofrido um ligeiro aumento. Tinha sido criada uma nova tarifa, entre a Figueirinha e o Creiro, com as paragens entre as Praias de Galapos e Galapinhos, com o custo de 1€. E para abreviar um pouco, uma discussão que todos já conheciam, o Partido Socialista não concordava com o corte total da estrada e, entendiam que deveria haver uma medida de discriminação positiva dos residentes de Setúbal e dos estudantes em Setúbal, com a criação de um passe gratuito, destinado para esse fim. Entendiam que essa discriminação positiva era, financeiramente viável e justa. Quem vivia, trabalhava e pagava os impostos em Setúbal, que pudesse usufruir de uma forma diferente das suas praias.

Deixaram à consideração a implementação daquela medida, que entendiam, mais uma vez, ser uma discriminação positiva e que poderia ser um conforto para quem ali trabalhava e quisesse, por exemplo, deslocar-se à Praia de Albarquel tendo que pagar um 1€ para ir de autocarro. Se fizessem as contas, financeiramente aquilo não era impossível para o município, pelo contrário, faria todo o sentido, tal como noutros municípios eram feitas discriminações positivas aos seus munícipes, para o acesso a certos equipamentos, ou a certas áreas. Que Setúbal também tivesse essa discriminação.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que o PSD, sobre aquele tema, como tinha dito o senhor vereador Paulo Lopes, já tinham debatido várias vezes. Havia duas circunstâncias, que tal como no ano anterior estavam em cima da mesa. Uma era um projeto de mobilidade e outra era naturalmente, o acesso condicionado às praias, que tinha que existir. Não estavam a analisar uma situação sem a outra e, parecia-lhe que fazia sentido analisarem as duas simultaneamente.

O PSD, também já no ano anterior, tinha apresentado propostas no sentido de considerar que era fundamental a restrição do acesso às praias, porque a forma como estava a acontecer era caótica, nunca tinha manifestado uma opinião diferente nesse sentido. Certo era que o modelo que existia não era o modelo que defendiam. Defendiam que gradualmente se pudesse permitir que existisse um fluxo controlado de trânsito, naquela via, e simultaneamente, se possível, inclusive bolsas de estacionamento onde elas pudessem ser implementadas. Era óbvio que isso obrigava a um controlo e a um custo, mas consideravam que seria benéfico, no sentido de permitir a utilização da via, que achavam ser naturalmente possível. Sem prejuízo disso, era evidente que tinham naquele ano um acesso limitado às praias, que causava significativo constrangimento e, portanto, elas não podiam ser ocupadas na sua lotação superior aos números que ali estavam referidos e, era óbvio que o acesso às praias deveria conter uma restrição nesse sentido.

Aproveitando a intervenção do senhor vereador Paulo Lopes, sobre a diferenciação, achava que era óbvio e evidente, que a diferenciação deveria ocorrer, mas na ótica deles deveria existir sempre na medida daquilo que era a taxa de esforço para cada um. Obviamente, haveriam famílias que poderiam pagar 4€ e, haveriam famílias que dificilmente poderiam pagar 2€. Era fundamental que essa taxa de esforço acompanhasse a capacidade financeira de cada um dos munícipes, mas a diferenciação para os munícipes de Setúbal era relevante, até porque existiam outros municípios à volta do concelho de Setúbal, que financiavam a deslocação até nós, para o acesso à praia e, era natural que pudessem potenciar esse mesmo benefício a quem residia no concelho de Setúbal. Contudo, era evidente que ela deveria ocorrer mediante aquilo que era a eventual limitação na capacidade financeira, ou até, sem qualquer tipo de benefício, se a capacidade financeira do munícipe não o exigir.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que estavam a fazer uma discussão, sobre uma solução que nunca tinham dito ser a melhor do mundo, era a solução que estava no terreno. Lembrou a razão de fundo que tinha determinado essa decisão, tinha sido uma questão de segurança e proteção das pessoas, tendo em conta, a possibilidade real de terem ali 10

vezes um Pedrogão, em caso de incendio da serra e, em caso de os carros estarem parados fazendo com que não se conseguisse circular para lado nenhum, o que já tinha acontecido “n” vezes.

A questão de fundo que tinha levado à tomada de decisão, daquela ou outra qualquer que se pudesse tomar, tinha sido a segurança das pessoas. Associada a essa decisão, apareceram outras matérias, que tinham que ver com o controle de acesso àquelas praias, que não eram de capacidade ilimitada e também, razões ambientais.

Lembrou que no processo de limitação do acesso às praias, a nível nacional, Setúbal tinha sido considerado um exemplo, porque no quadro do Covid, tinha sido possível gerir o acesso às praias de Setúbal de uma forma que não tinha sido possível em mais nenhuma praia do país, porque, havia essa lógica de limitar o acesso, pela via da mobilidade.

Recordou que haviam vários fatores a ter em conta e, que esses fatores todos pesados, tinham que determinar o apreço, ou não apreço, pelas soluções.

No presente ano, tinham uma situação interessante, a GNR dizia que não tinha capacidade para resolver o problema do controlo e, não ia estar presente fisicamente, ou iria só estar pontualmente. Iam contratar uma empresa privada e iam ter só um GNR em vez de dois, nas cancelas, e iam circular as viaturas da GNR, porque a GNR não tinha efetivos nem gratificados. Qualquer solução que tem sido proposta até à data, que não aquela, passava sempre por dezenas e dezenas de efetivos da GNR. Tinham feito recentemente uma reunião com a GNR, PSP e outras forças de segurança, no quadro do Conselho Municipal de Segurança e eles tinham sido taxativos. No quadro dos meios e recursos que tinham das suas ações, não tinham nenhuma possibilidade de destacar para aquela área, naquele período, efetivos gratificados, fora do horário normal de trabalho, e, a pedido nosso, iriam fazer uma circulação mais regular.

Tinha sido colocado o problema dos reboques e da multa. Presentemente, a multa de acordo com a lei, por estacionamento indevido nas zonas das periferias das praias, era em dobro. Mas eles diziam que reboques nem pensar, o reboque entrava e já não saía, não valia a pena estavam a perder tempo. As próprias forças de segurança colocavam objeções a essa solução, embora defendam também, como outros defendiam, que talvez fosse interessante ter uma linha continua de movimento, sem paragem. O problema é quando um carro parava tudo ficava parado. E não havia linha continua nenhuma sem paragem, bastava avariar um, bastava chocar um e não havia forma sequer de os rebocar. A situação era mais complexa, estavam a trabalhar intensamente no reperfilamento nas ruas, daqueles acessos. Recentemente o Município de Setúbal tinha ficado com muito mais competências em toda a zona ribeirinha, obrigando mesmo, o Município de Setúbal a criar uma organização própria para responder às novas competências que iriam ter ali, mas calma, iam ver se havia alguma solução que resolvesse os problemas que existiam a montante e, que estavam identificados, que eram a falta de meios e recursos de quem devia garantir que aquilo funcionasse, e mesmo assim não sabia, se com cem efetivos resolviam o problema, nem eles sabiam, ninguém sabia.

Portanto, aquela solução tinha várias virtualidades, que tinham sido reveladas com o Covid. Tinha uma virtualidade muito importante, que era a segurança das pessoas, toda a gente dizia que se sentia segura naquela solução.

- 1.ª questão: Segurança, garantida.

- 2.ª questão: Controlo de acesso às praias, garantido.

- 3.ª questão, ambiental: tudo o que tinham falado, os gases, as pessoas iam de mota, de bicicleta, havia muitas soluções, além de que iam de transportes públicos e, dentro de alguns anos o transporte público não seria tão poluente como presentemente. Havia uma questão ambiental também a considerar.

Precisavam de olhar sempre para o princípio da “coisa”, se não, perdiam a noção, parecia que estavam a discutir as técnicas de mobilidade para a praia. Não se tratava disso, tratava-se de uma questão de segurança.

Disse que se alguém encontrasse uma solução que dissesse assim: *“Esta solução limita, melhor do que a atual, a possibilidade, de termos ali milhares de pessoas ali encurraladas*

num incêndio. Se alguém disser que há uma solução melhor do que esta, vamos analisá-la, até agora não apareceu". E essa era mesmo a questão de fundo.

Portanto, aquela proposta que ali vinha, vinha na base da experiência, vinha aprofundada, vinha melhorada e vinha muito apoiada por todas as entidades, que de uma forma ou de outra tinha qualquer relação com o acesso às praias. Não só apoiada, como também elogiada, porque muitos municípios gostariam de ter feito aquilo que eles tinham conseguido fazer, porque tinham as suas praias com acesso único. Outros municípios tinham as praias com vários acessos, tinham dificuldade em controlar e, a confusão era muito complexa. Em Cascais, por exemplo, a polícia municipal, colocava metade dos seus efetivos nas praias, era uma coisa impressionante, sem pés nem cabeça. Ali, eles não tinham esses meios, nem a GNR que devia fazer tinha. Depois havia questões de sinalética a melhorar, havia "n" coisas a melhorar. E insistiu que, se houvesse uma proposta que dissesse que, havia todas as condições, com aquela solução, para que não ficassem milhares de pessoas sujeitas a um incêndio, ok, iam ver. Não conhecia nenhuma, até à presente data não tinha aparecido nenhuma, que desse essa resposta nos termos em que a estava a colocar.

O Navegante funcionava, havia muitas pessoas que tinham o Navegante. A questão discriminativa do passe... Mais valia a proposta *"tudo à borla"*, porque o custo para controlar isso era tão grande, que não valia a pena se meterem nisso, saber se a pessoas tinha rendimentos, se não tinha rendimentos, tinham que montar uma *"maquina"* para isso. O senhor vereador Paulo Lopes tinha proposto que se fizesse uma discriminação positiva, e o senhor vereador Nuno Carvalho tinha proposto que, a discriminação positiva fosse em função do rendimento, mais valia a proposta do senhor vereador Paulo Lopes, porque controlar o rendimento, acompanhar isso, ir avaliar os rendimentos das pessoas, era uma complicação. Achava que o Navegante resolvia bem esse problema.

Em relação a Albarquel, não tinham o estacionamento dentro garantido, e a *"coisa"* estava complicada, mas quem tinha gerido o acesso a Albarquel, considerava que a solução de não estacionar em Albarquel, naquele período, era a melhor de todas. Porque a rua era muito estreita e entre o sobe e o desce engarrafava tudo. Às páginas tantas, uma coisa que tinha surgido como uma complicação, por não haver estacionamento, as pessoas desciam e subiam, até lhes fazia bem à saúde e havia soluções para aquelas pessoas que não podiam. Mesmo em Albarquel a melhor solução, em termos de gestão e proteção das pessoas passava pela estrada estar encerrada em cima.

Sr. Vice-Presidente – Disse que a explicação do senhor vereador Carlos Rabaçal tinha sido relativamente clara, mas, tinha-lhe parecido uma missa dita em latim para o sacristão. O sacristão não sabia latim. O *"sacristão"* era o senhor vereador Paulo Lopes, era só para terem uma comparação entendível, mais nada, não havia ali menosprezo nenhum.

A questão da segurança nas praias, que era onde o senhor vereador Rabaçal tinha gasto o seu *"latim"*, já não era colocada, já a tinham aceitado, era mesmo necessário preservar a segurança, quer do lado do PS, quer do lado do PSD, ninguém contestava isso.

A questão ambiental, já ninguém se atrevia a dizer que havia outra melhor: *"as barreiras é que são más, aquilo não se admite, aquilo parece... Como é que alguns diziam? Que aquilo eram os campos de concentração, eram os soviéticos, era uma coisa assim, aquilo foi comparado a isso"*.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que nunca tinha utilizado essa linguagem.

Sr. Vice-Presidente – Disse que camaradas do senhor vereador tinham utilizado.

Estava a nascer uma outra razão que parecia ser uma alternativa, que era a questão da discriminação. Como se uma discriminação se combatesse com outra discriminação, chamando-lhe positiva. Isso era muito inviável. Imaginem que iam para Albufeira, os habitantes de Albufeira tinham privilégio no acesso à praia, no acesso aos transportes, mas o cidadão nacional, que chegava a Albufeira, pagava outro preço, pagava o dobro do que lá estava, isso era o quê?



Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que isso acontecia.

Sr. Vice-Presidente – Disse que a discriminação era inconstitucional.

O que gerava as dificuldades no pagamento do acesso aos bens, era a desigualdade das condições económicas e sociais. Era o muito desemprego, eram os baixos salários. Isso é que era discriminação, isso é que era exclusão das pessoas da participação social digna. E os senhores queriam afastar essa questão, que era uma questão política a sério, com a conversa das discriminações positivas. Não podia andar cada um a ter os seus “*privilégiozinhos*”, porque isso era inconstitucional. Um cidadão português pagar mais do que o outro que era natural de um outro sítio, claramente não era constitucional. E não era a solução de problema nenhum, a política não se fazia com disfarces, a política tinha que se fazer com medidas concretas. Havia uma política igual para todos, a do passe social era igual para todos.

Era evidente que as pessoas que tinham beneficiado com o passe social, tinham beneficiado muito mais aqueles que tinham uma taxa de esforço maior, que tinham menos rendimentos, das que tinham uma taxa de esforço menor, porque tinham os rendimentos mais altos. Não podiam estar a fazer tarifas de passe social à medida do rendimento, porque isso nunca mais acabava, era um rendilhado que não tinha fim.

Portanto, não se podia disfarçar a necessidade de uma política de igualdade de condições sobretudo, através do emprego e do rendimento das pessoas e das famílias, com “*medidazinhas*” que eram praticamente inviáveis para fazer discriminações positivas. Porque uma discriminação era uma discriminação, era o contrário de uma igualdade e o que deviam defender eram as igualdades. Nunca esperaria ouvir aquilo de um militante de um partido que era laico, republicano e socialista, afinal estava a defender discriminações, deveria defender igualdades e não discriminações.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que gostava muito de ouvir o senhor vereador Manuel Pisco, mas... Os argumentos do senhor Vereador Carlos Rabaçal tinham compreendido, mas os do senhor vereador... Enfim, quando mais o ouvia... Apetecia-lhe ser contra a decisão. Mas sabia distinguir a perspetiva política do senhor Vereador Manuel Pisco.

A única sugestão que tinha feito, no que dizia respeito a um grau de discriminação positivo, era algo que acontecia em vários serviços da câmara, como por exemplo nas águas do sado, etc., que podia ou não ser refletido para outros serviços. Não era nada de muito complicado aplicar-se um valor diferenciador, era a escolha que se fazia ou não. Mas não era nada de extraordinário, porque já existia e, já acontecia em outros serviços que a câmara municipal prestava, isto quanto à sua operacionalidade.

Quanto à questão de fundo, era uma decisão política, poderiam concordar ou discordar.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que a discriminação positiva não tinha nada contra, do ponto de vista ideológico, e acreditava que aquela câmara já tinha tomado várias medidas de discriminação positiva, para determinadas faixas. Por exemplo, quando diziam que uma rua era só transitável a residentes, era uma discriminação positiva para aquele residente que tinha uma casa naquela rua, em detrimento do outro que morava na outra rua do lado e que não podia passar naquela rua com o carro, era uma discriminação positiva que seria anticonstitucional nas palavras do senhor vereador, não era. Se não concordava, entendia perfeitamente. A proposta do PS estava feita, os senhores não concordavam politicamente, a questão financeira nem tinha sido levantada, o senhor vereador Manuel Pisco tinha colocado o problema numa questão ideológica. Ele entendia que não, que não existia qualquer incompatibilidade, não existia qualquer inconstitucionalidade, era positiva. Era positivo que os nossos municípios tivessem um acesso diferenciador às nossas praias dos outros. Alguém que quisesse vir, de fora, e que pagasse um serviço, qual seria o problema do ponto de vista ideológico? Não sentia esse problema. Por exemplo, quando ia a Oeiras ou a Cascais, via os residentes usarem os transportes públicos gratuitamente e, ele se quisesse andar tinha que

4

pagar. Achava lógico, possível e justo, especialmente, por exemplo, a questão de Albarquel. Compreendia a questão de Albarquel, era uma estrada muito estreita, as pessoas abusavam, mesmo com os pilaretes que já tinham sido colocados estacionavam, não estacionavam só na berma às vezes estacionavam na própria estrada. Brevemente ia abrir um equipamento novo, não havia solução de estacionamento, mas se alguém quiser ir e, não quiser ir para a confusão de apanhar autocarros e andar para trás e para a frente até à Figueirinha, porque depois havia filas de espera, etc. se quiser ir a Albarquel, não podia ir no carro, descer, deixar a família, e ir estacional estava proibido o estacionamento. Entendia que nesses acessos, porque não serem gratuitos, só era impossível até haver uma decisão política.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que o senhor vereador Paulo Lopes defendia que os municípios de Setúbal tinham mais direito de acesso às praias do concelho de Setúbal do que os municípios de Palmela que não tinham uma praia no seu concelho. Era aquele o princípio político das opções políticas do senhor vereador. Era um princípio muito perigoso, era um princípio que estava muito próximo da intolerância à diversidade, da intolerância àquilo que era diferente, àqueles que não eram locais. Não eram aqueles os valores do senhor vereador Paulo Lopes.

Ao fazer uma proposta, até com a melhor das boas intenções de achar que tinha descoberto a “pólvora” e que princípios de acesso a determinado território do concelho era privilegiado para os locais, era um princípio muito próximo de valores antidemocráticos. E recordou que em 2015 ou 2016, num processo de discussão de um orçamento de estado tinha sido proposto que os locais, os residentes, tivessem direito à isenção no acesso aos museus e, a argumentação que o Senhor Primeiro-ministro tinha utilizado, não tinha sido financeira, tinha sido exatamente a mesma argumentação do senhor vereador Manuel Pisco, alegou inconstitucionalidade, alegou os avisos da comissão europeia para os perigos ligados à concorrência. E o que de ideológico o seu camarada Manuel Pisco tinha referido, é que o grande constrangimento e, a grande discriminação estavam na base da política de rendimentos. Essa sim é que era a questão ideológica por detrás.

E naquela discussão que não ficasse a ideia, que com o esforço do município não havia discriminação positiva no acesso dos municípios às suas praias, não na base de que eles tivessem privilégios no acesso às praias, mas porque o acesso às praias assentava num sistema de transportes que tinha um sistema tarifário, constitucional, em que os municípios de Setúbal, com base na tarifa do Navegante Municipal, e não no Navegante Metropolitano, tinham um acesso menos honroso, mais barato, relativamente aos outros. E não podiam continuar a olhar para aquela política e para aquela proposta sem ter presente a nova realidade dos transportes e da política de transportes que tinham presentemente no nosso território, e isso era fundamental e, era isso que permitia manterem a qualidade, manterem a atratividade que as nossas praias tinham, em segurança e sem repetir outras discussões.

No próximo ano ainda iam conseguir ter um sistema de acessibilidade às praias, melhorado com base na entrada em funcionamento da nova empresa de transportes públicos, com transportes de muito maior qualidade e com um serviço melhorado.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tinha que se ter algum cuidado com aquelas questões das discriminações. Em tempos tinha sido gestor de piscinas, e tinha havido uma tentativa de discriminar positivamente os trabalhadores da câmara. Tinha havido um munícipe que tinha feito queixa e tinha posto a câmara em tribunal. E a câmara teve que retirar esses benefícios aos respetivos municípios. No entanto, tinha sido aceite uma discriminação positiva universal, para os idosos acima dos 65 anos. Estavam a tratar de coisas diferentes.

Portanto, aquela proposta, que nem vinha financeiramente fundamentada, tinha surgido porque havia campanha eleitoral, era para dizer: “*eu propus borlas para todos e, o município não quer*”. Essa proposta estava entre a demagogia, a xenofobia e o provincianismo, porque não tinha em conta o que era o relacionamento democrático básico dos direitos de todas as pessoas, que viviam em Portugal e, que nos visitavam. E as praias não eram um bem privativo de ninguém, eram um bem público e tinham que criar condições para todas as pessoas que

4

possam acessibilizar. Uma solução de garantir as praias para um certo grupo de pessoas, impedia o acesso universal a esse espaço.

No seu ponto de vista, aquela proposta surgia assim, com aquela insistência, rigorosamente, porque havia campanha eleitoral, era uma pena, mas as campanhas tinham daqueles problemas.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que aquela proposta não tinha surgido no corrente ano, tinha surgido já no ano anterior. O Partido Socialista apresentou um documento. Portanto, essa intenção de associar aquela proposta à demagogia, às autárquicas, etc, não colhia, porque já no ano anterior tinham apresentado essa proposta. Quanto à xenofobia, era uma retórica que assumiam para votarem contra uma proposta.

Tinha todo o direito, não era de impedir que outros viessem à praia. Nunca tinha dito isso, mas que a Câmara financiava o acesso dos setubalenses, por transporte público, à praia.

Não havia qualquer tipo de demagogia, não havia qualquer tipo de criar um efeito de “os de Palmela não têm”. Pois não, os de Palmela não eram residentes em Setúbal. Qual era o problema? Não estavam a impedir que, de Palmela, de Sesimbra, quem quer que fosse, viessem às praias da Arrábida ou viessem às praias de Setúbal. O que estavam a dizer era que a Câmara de Setúbal estaria disposta a financiar o acesso, por transporte público, dos residentes e dos estudantes de Setúbal, ponto. Tudo o mais eram retóricas para transformar uma ideia que consideravam boa e justa, para votarem contra. Só isso, mais nada.

Sra. Presidente – Disse que, por tudo aquilo que tinha sido dito, agradecia aos setubalenses a confiança que tinham dado à CDU e a renovação dessa confiança que iriam dar à CDU, com toda a certeza, porque se o PS tivesse que governar a Câmara seria uma desgraça. Por tudo aquilo que tinha acabado de ser dito, estavam perante propostas altamente demagógicas e eleitoralistas, ponto, em sua opinião, mas não iria repetir tudo aquilo que tinha sido dito.

Só esperava que os setubalenses não voltassem aos anos 80 e 90, em que tinham tido estado na Câmara as duas forças partidárias que ali estavam. Tinham estado as duas na Câmara, com preponderância para o Partido Socialista, mas também tinha estado o PSD a governar. Esperava que tivessem isso na memória, aquilo que tinha acontecido.

Esperava que a situação que, naquele momento, a Câmara vivia, de organização do território, de condições de vida para as pessoas, se mantivesse com toda a responsabilidade. Como tinham dito os seus camaradas, o exemplo do Arrábida sem Carros era, de facto, considerado, do ponto de vista nacional. Os ministros todos que cá vinham estavam sempre a dar os parabéns, relativamente a isso. Nos fins de semana que tinham antecedido o último fim de semana, estava já uma grande confusão de trânsito na estrada da Arrábida e já se ouvia muita gente a pedir que rapidamente chegasse o dia de impedir a circulação automóvel.

Portanto, ainda bem que os partidos que compunham o executivo, os partidos que não tinham pelouros, se iam revelando cada vez mais e que as pessoas tivessem atenção a essas propostas altamente demagógicas e eleitoralistas.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, 3 votos contra, do PS, e 1 abstenção, do PSD.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Fez a seguinte declaração de voto: *“É só dizer que queria saudar o voto do PSD, que, apesar de tudo, é na dúvida. É alguém que tem dúvida do processo e, não tendo na mão uma solução alternativa fechada, abstém-se. Portanto, eu acho isso correto, ao contrário do Partido Socialista, que vota contra sem ter uma alternativa.”*

O Sr. Vereador Nuno Carvalho teve que sair da reunião, por motivos familiares inadiáveis.

11. Deliberação n.º 140/2021 – Proposta n.º 10/2021 – DCIRT/DITUR – NORMAS 2021 - Atribuição de Licenças para a Realização de Atividades nas Águas Balneares do Concelho de Setúbal: Revogação da Deliberação Municipal n.º 126/2021, de 5 de maio e aprovação das novas NORMAS 2021 - Atribuição de Licenças para a Realização de Atividades nas Águas Balneares do Concelho de Setúbal

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 24 e 25.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que tinham votado favoravelmente a outra proposta e, em princípio, votariam favoravelmente aquela proposta, mas existiam uma ou duas questões que gostariam de ver esclarecidas, que a proposta alterava.

A primeira tinha a ver com o facto de, na anterior proposta, não ser necessário que os concessionários estivessem associados a concessões de praia e, naquele regulamento, já aparecia essa obrigatoriedade. Porque é que tinha havido essa alteração? É que, no anterior regulamento, isso não existia.

A segunda era que havia uma redução do número de licenças, mas, depois, não explicavam porque é que tinham optado pela redução das licenças.

Por fim, aquela que lhe parecia mais gravosa e que quase que o impediria de votar favoravelmente a proposta, tinha a ver com o prazo para apresentação das candidaturas. O prazo para apresentação das candidaturas era até ao dia 31 de maio. Faria sentido estarem a aprovar um documento, que tinha que ser publicitado, para virem candidatar-se no próprio dia, às 20 horas, quando os serviços já tinham fechado?

Estava um pouco em causa o princípio da transparência e da igualdade. Achava que havia um princípio que não podia ser, devia dar-se mais uma semana, pelo menos. Não sabia se existia legislação específica sobre isso, mas, se não existisse, dar uns dias a mais. Até entendia que a Câmara tivesse falado com os concessionários da praia, mas tinham que dar oportunidade a que outros viessem, porque, aí sim, aí é que era uma discriminação negativa.

Sra. Presidente – Pediu à Engenheira Filipa Fernandes para explicar esses três pontos. Relativamente aos prazos, não era previsível estarem a fazer a reunião naquele momento, era mais cedo. Se calhar, a proposta estava feita por causa disso, era para o dia 23.

Sra. Eng.ª Filipa Fernandes – Disse que, antes de mais, queria esclarecer que a necessidade de alteração daquela proposta tinha a ver, exatamente, com o esclarecimento das normas em si, que tinham achado que não estavam bem definidas e uma das questões que se levantava era, exatamente, essa questão das licenças dos apoios recreativos. Não dava a entender ou não estava bem explícito que seria aceite a situação que já existia naquele momento, que eram apoios recreativos associados aos apoios balneares e à licença que esses apoios tinham. Tinha havido essa necessidade de esclarecer.

Também era de referir que, com aquele esclarecimento das regras, também tinham querido definir o que é que eram as empresas ou atividades que estavam fixas na praia e, portanto, associadas a esses apoios balneares, e as atividades que não estavam, mas que tinham acesso à praia, porque qualquer empresa de animação turística, qualquer empresa que quisesse aceder à praia, podia fazê-lo - também tinham a figura do pedido de autorização -, mas não podia estar permanentemente a ocupar o areal. Essa situação só seria possível para quem estivesse associado a licença de apoios recreativos nas praias. Isso não estava bem explícito.

A questão da diminuição do número de licenças tinha tido a ver com isso, com essa verificação de que as licenças não permitiam a criação do apoio recreativo. Por exemplo, em Galapinhos estavam a querer criar, mas, de facto, a licença prévia que existia, que ainda

estaria em vigor até 2023/2024 ou até à entrada em vigor do novo POC, não permitia e, portanto, tinham tido que a retirar.

A questão do dia 31 de maio tinha tido a ver com a questão de a reunião da Câmara estar prevista para dia 26 e, depois, ter sido alterada. Mas, de qualquer forma, tinham tomado em consideração a aprovação das primeiras normas, logo no início do mês, e tinham entrado em contacto com todos os concessionários de praia e com todas as empresas, que eram quem, naquele momento, tinha que requerer as licenças.

O próprio pedido de apoio balnear era uma coisa que não tinha que acontecer. O pedido era só uma declaração, uma comunicação de que o concessionário reunia as condições para operar naquele ano e que pretendia operar, porque o concessionário já tinha uma licença que era atribuída por 7, 8, 10, 20 anos. Portanto, era só uma forma de ele, todos os anos, vir dizer “venho avisar que vou trabalhar”, porque podia acontecer alguma coisa, por não haver interesse, por questões familiares, por questões pessoais e o concessionário não estar em condições de exercer naquele ano. Era só uma mera formalização, porque a lei assim o exigia e eles estavam a implementar todos esses procedimentos.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Perguntou se havia algum inconveniente, em vez de ser naquele dia o prazo para a entrega das candidaturas, ser alterado.

Sra. Eng.ª Filipa Fernandes – Disse que já estava tudo tratado. No dia 25 tinha ficado tudo tratado com os concessionários.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que isso não se podia dizer, porque qualquer pessoa podia vir cá isso. Isso, do ponto de vista teórico era bonito, mas não se sentia confortável.

Sra. Eng.ª Filipa Fernandes – Disse que tinham tomado em consideração que as alterações que tinha havido não tinham sido relativamente aos pedidos de apoio balnear. Portanto, tinham tomado como prazo o que estava inicialmente nas normas já aprovadas em reunião da Câmara.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que estava escrito que “o prazo de apresentação das candidaturas deve ocorrer até ao dia 31 de maio.” Portanto, percebia que tivessem contactado, mas podiam, como tinha sido dito, surgir impedimentos e pessoas que queriam apresentar pedidos e iriam dizer: “Então, mas que raio é isto? Aprova uma coisa e no próprio dia dizem que é o limite da apresentação das candidaturas?” Não fazia sentido. Por mais uns dias resolvia-se o problema.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, como a data de 31 de maio não alterava nada e 8 de junho também não alterava nada, punha-se uma data, dava-se uma semana e pronto.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que era isso que estava a propor.

Sr. Vice-Presidente – Disse que se podia pôr 7 de junho.

Sra. Presidente – Disse que a proposta podia ser alterada para 7 de junho que não haveria problema nenhum.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, com a alteração proposta, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4

12. Deliberação n.º 141/2021 – Proposta n.º 11/2021 – DCIRT/DITUR – Renovação do Título de utilização de Recursos Hídricos para Apoio Recreativo localizado na zona balnear Portinho da Arrábida/Creiro

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 e 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 142/2021 – Proposta n.º 20/2021 – DURB/GAGEF – Alteração oficiosa ao alvará de loteamento 04/06 – Criação de lote para equipamento

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 a 32, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 143/21 – Proposta n.º 03/2021 – SMPCB – Aceitação da Doação ao Município, efetuada pela Empresa LISNAVE – Estaleiros Navais, S.A.

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 33 e 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 144/21 – Proposta n.º 05/2021 – SMPCB – Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal – Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros e a Escola Secundária Dom Manuel Martins

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 35 e 36, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 145/2021 – Proposta n.º 07/2021 – DAAE/GAPAE – Pacto de Autarcas – Programa de Aprendizagem entre Pares 2021

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5

17. Deliberação n.º 146/2021 – Proposta n.º 41/2021 – DCDJ/DIBIM – Preço para venda de catálogo

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 147/2021 – Proposta n.º 42/2021 – DCDJ/DICUL – Comissão de Festas do Senhor Jesus do Bonfim – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 148/2021 – Proposta n.º 43/2021 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação “A ONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão” – Apoio financeiro no período de maio a agosto de 2021

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 40 e 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 149/2021 – Proposta n.º 44/2021 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Escola de Futebol Feminino de Setúbal

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 42 e 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 150/2021 – Proposta n.º 45/2021 – DCDJ/DIDES – Protocolo de adesão do Município de Setúbal à Fundação do Desporto de Portugal

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 44 e 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 151/2021 – Proposta n.º 46/2021 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Natação para realização do "FINA Olympic Qualifier Swim Marathon" Setúbal, 19 e 20 de junho de 2021

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 46 e 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 152/2021 – Proposta n.º 47/2021 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro às Associações e Clubes Desportivos do Concelho - Regresso à atividade no âmbito da situação pandémica Covid-19

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 153/2021 – Proposta n.º 48/2021 – DCDJ/DISOC – Renovação do Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação de Imigrantes dos Países de Leste – EDINSTVO

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 49 e 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 154/2021 – Proposta n.º 49/2021 – DCDJ/DISOC – “Maio, Diálogo Intercultural” – Apoios financeiros 2021

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

26. Deliberação n.º 155/2021 – Proposta n.º 50/2021 – DCDJ/DISOC – Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 52 e 53, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

27. Deliberação n.º 156/2021 – Proposta n.º 51/2021 – DCDJ/DISOC – Juizes Sociais – Tribunal de Família e Menores de Setúbal

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 54 a 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

28. Deliberação n.º 157/2021 – Proposta n.º 09/2021 – DES/DIAPE – Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2021/2022

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 57 e 58, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Augusto Cruz – Fez a seguinte intervenção: *“1. Devo esclarecer, desde já, que pretendo declaradamente que seja totalmente gravado, porque pretendo enviar a mesma, em breve, para o senhor Presidente da República, a fim de ser informado quais os desmandos existentes, declaradamente usufruindo de todos esses meus direitos.*

2. Devo acrescentar que, quando escrevi para Bruxelas, frisei, declaradamente, que este país é uma autêntica representação instrumental perante uma completa ação de desorganização completa no geral. É vergonhoso demais, para que a própria realidade seja devidamente abordada pela total vergonha acentuada em várias frentes, onde a prova é esconder a verdade. Inclusive, acrescento que tentam fortalecer as mesmas barreiras, para que o país esteja perante autênticos misoneístas, de que exploram todo o país, inclusive a própria corrupção é a própria mestra e está acentuada perante tanta facilidade apresentada, conquanto devo acrescentar de que salientei à precisa mensagem a própria colaboração existente perante os atos de corrupção, que deu azo à minha ação direta ao Supremo Tribunal da Justiça, ao fim de 17 anos de expectativa, até descobrir todo o enredo de maquinação.

Notem, a devida resposta foi uma autêntica espetacular, degradante, vergonhoso demais para se sentir o próprio sentido de acentação total da própria ação com a justiça, conforme formulei ao vosso inteiro conhecimento geral.

4

3. Devo esclarecer de quando lhe vou informar de que este tribunal precisa urgentemente de uma acentuada ação, perante uma verdadeira auditoria a todos os cantos. Notem: A todos, para que se possa iniciar a própria confiança.

4. Eu fui uma verdadeira vítima em vários jogos totalmente sujos e criminosos. Exijo toda a minha evicção, senão mesmo a existência perante autênticos ícaros. Inclusive, devo acrescentar que fui vítima de “lobbies”, onde cheguei a fazer ter factos de autêntica ação de tormentos e de ferimentos mentais. Inclusive, cheguei a levantar-me de noite e não saber o que estava a fazer. Andei, por vezes, perdido no tempo, até que tive que recorrer ao próprio médico Vasco Martins. Cheguei a perder cerca de 10 a 12 quilos de peso corporal, eis o esplendor da própria criação de malvadez pura.

5. A nota fundamental que se prestavam é que pensavam de que representava os hilotas e os néscios, eis a própria ação. Enganaram-se declaradamente, sou o que sou e nada mais. O tempo do fascismo é totalmente deplorável, eis a própria ambição da própria criação de malfetores. Notem: Acima de tudo, sou escorpião.

6. Noto o facto, inclusive perante a própria demonstração das missivas enviadas e à prova real de que tentaram urdir, isto é, preparar arditosamente as próprias missivas, denegar a própria verdade, eis a própria razão. Saiu-lhes de forma a contrariar o próprio sentido ao contrário, eis o sentido próprio de autênticos ícaros.

7. Todos estes elementos carregados de negativismo começou, precisamente, com o processo 830/016TASTB, cujo ordenadora, de nome Graça Fernandes, juíza, formulou os maiores disparates, elaborados precisamente aos termos salazaristas, com a colaboração com tempos áureos da própria PIDE, não esquecendo outros tantos prevaricadores ajudantes, que foram criadores do género próteo, ou seja, que mudam com facilidade de forma ou de opinião, são os criadores dos crimes, não olhando a meios para atingir os fins, umas autênticas bestas assumidas, glorificando-se com as monstruosas aptidões criminosas, onde branquearam o processo 70/001TASTB, 2.ª Secção B.

8. Tudo isto é uma autêntica cremnofobia e devo acrescentar de que hoje estou totalmente arrependido de não ter efetuado os pedidos gerais de que os próprios cidadãos, no geral, me pediam, quando estava a entregar as próprias informações de me candidatar à própria presidência da Câmara. Decerto que hoje toda a cidadania teria de saber tanto ou mais do que eu, perante os interesses gerais de que todos representavam.

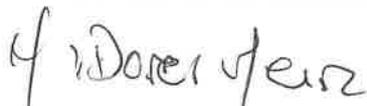
9. Devo esclarecer que uma senhora deputada, de nome Odete Santos, tentou demasiadas vezes junto de mim, para que a acompanhasse para o seu próprio partido. Notem: Sem conta, frisava-me de que era totalmente independente, tal como hoje. Notem: Toda a injustiça é uma ofensa perfeita à própria dignidade humana, porque desrespeita a inteligência, viola a essência dos processos racionais e emocionais e gera totalmente a insegurança do cidadão. Tenho dito.”

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte horas e quarenta e seis minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

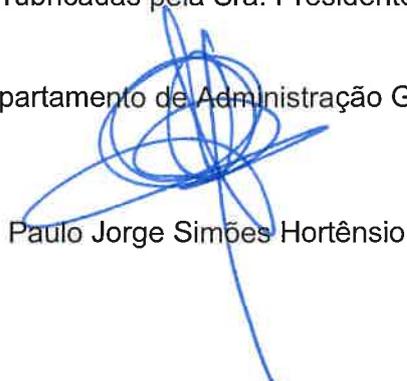
A Presidente da Câmara,



Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata, que foi aprovada em reunião de Câmara de 23 de junho de 2021, por unanimidade, contém 50 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Revista por:
Paulo Hortênsio